

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	31
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	122

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	124
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	126
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	127

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	299.075
Preferenciais	0
Total	299.075
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	29.523.455	28.963.964
1.01	Ativo Circulante	6.798.683	6.554.476
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.029.707	1.014.632
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.462	6.394
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	4.462	6.394
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	4.462	6.394
1.01.03	Contas a Receber	3.987.726	3.937.352
1.01.03.01	Clientes	3.843.625	3.727.553
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	3.843.625	3.727.553
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	144.101	209.799
1.01.04	Estoques	45.621	44.071
1.01.04.01	Almoxarifado	45.621	44.071
1.01.06	Tributos a Recuperar	873.274	789.977
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	873.274	789.977
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	337.914	192.123
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	535.360	597.854
1.01.07	Despesas Antecipadas	100.201	46.588
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	757.692	715.462
1.01.08.03	Outros	757.692	715.462
1.01.08.03.03	Outros créditos	424.855	388.335
1.01.08.03.05	Serviços em curso	232.774	226.026
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	100.063	101.101
1.02	Ativo Não Circulante	22.724.772	22.409.488
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.066.497	18.640.703
1.02.01.04	Contas a Receber	29.186	31.417
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes	29.186	31.417
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.606.917	1.722.573
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.606.917	1.722.573
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.430.394	16.886.713
1.02.01.10.03	Benefício fiscal	1.704.448	1.722.363
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	688.698	712.427
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	2.516.182	2.535.891
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	9.711.428	9.324.702
1.02.01.10.09	Outros créditos	140.884	51.010
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	2.133.950	2.056.357
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	534.804	483.963
1.02.02	Investimentos	38.736	38.454
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	38.736	38.454
1.02.03	Imobilizado	184.381	180.373
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	184.381	180.373
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	167.113	162.791
1.02.03.01.02	Imobilizado em serviço	17.268	17.582
1.02.04	Intangível	3.435.158	3.549.958
1.02.04.01	Intangíveis	3.435.158	3.549.958

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.435.158	3.549.958

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	29.523.455	28.963.964
2.01	Passivo Circulante	11.268.075	10.010.779
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	150.941	121.560
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	150.941	121.560
2.01.02	Fornecedores	2.949.642	3.408.926
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.949.642	3.408.926
2.01.03	Obrigações Fiscais	521.477	470.765
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	114.215	114.783
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	114.215	114.783
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	400.929	349.744
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.333	6.238
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.949.461	2.390.141
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.489.220	1.995.522
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	831.144	1.187.587
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.658.076	807.935
2.01.04.02	Debêntures	460.241	394.619
2.01.05	Outras Obrigações	3.471.167	3.449.534
2.01.05.02	Outros	3.471.167	3.449.534
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	100.638	100.638
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	470.405	445.746
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	977.928	917.405
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	919.605	1.049.306
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	5.892	5.892
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	62.786	59.421
2.01.05.02.14	Instrumentos financeiros derivativos	131.822	65.672
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	802.091	805.454
2.01.06	Provisões	225.387	169.853
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	221.788	166.360
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	221.788	166.360
2.01.06.02	Outras Provisões	3.599	3.493
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	3.599	3.493
2.02	Passivo Não Circulante	12.251.055	13.323.915
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.877.724	5.439.148
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.530.545	2.217.431
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	663.837	260.348
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.866.708	1.957.083
2.02.01.02	Debêntures	3.347.179	3.221.717
2.02.02	Outras Obrigações	5.663.484	7.128.242
2.02.02.02	Outros	5.663.484	7.128.242
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	2.882.460	4.395.560
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	117.192	112.491
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	111.260	115.367
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	442.547	268.025
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	125.514	125.208
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.984.511	2.111.591

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04	Provisões	709.847	756.525
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	707.399	754.077
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	707.399	754.077
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	6.004.325	5.629.270
2.03.01	Capital Social Realizado	4.532.525	4.532.525
2.03.02	Reservas de Capital	638.674	638.674
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	638.127	638.127
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	383.036	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	450.090	458.071

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.059.516	4.837.880
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.911.392	-3.613.351
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.099.160	-1.907.937
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-674.557	-836.456
3.02.07	Pessoal e Administradores	-161.850	-114.316
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.087	-1.327
3.02.09	Serviços de Terceiros	-252.517	-207.952
3.02.10	Material	-19.043	-7.581
3.02.11	Custo de Construção	-473.580	-354.125
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	0	-248
3.02.16	Depreciação e Amortização	-221.609	-176.167
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-7.989	-7.242
3.03	Resultado Bruto	1.148.124	1.224.529
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-381.401	-298.333
3.04.01	Despesas com Vendas	-161.636	-144.518
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-150.996	-175.097
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-68.769	21.282
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	766.723	926.196
3.06	Resultado Financeiro	-387.879	-503.839
3.06.01	Receitas Financeiras	309.338	201.110
3.06.02	Despesas Financeiras	-697.217	-704.949
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-698.400	-704.827
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	1.183	-122
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	378.844	422.357
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.691	-161.840
3.08.01	Corrente	117.809	0
3.08.02	Diferido	-129.500	-161.840
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	367.153	260.517
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	367.153	260.517
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,2276	1,31929

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	367.153	260.517
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.902	7.570
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	11.973	11.470
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-4.071	-3.900
4.03	Resultado Abrangente do Período	375.055	268.087

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.324.517	-79.379
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.264.388	1.145.999
6.01.01.01	Lucro líquido do período	367.153	260.517
6.01.01.02	Depreciação e amortização	293.351	233.656
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	156.190	-77.887
6.01.01.04	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	-110.390	80.200
6.01.01.05	Variações monetárias	32.582	-27.639
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-182.699	-129.171
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	79.786	75.236
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros riscos	26.051	32.540
6.01.01.09	Amortização dos custos de transação	2.619	3.566
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos e financiamentos	213.278	158.247
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	131.858	153.623
6.01.01.12	Atualização processos judiciais	22.466	53.521
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	23.057	2.628
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	129.500	161.840
6.01.01.15	Variações cambiais - empréstimos	-156.170	77.881
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	5.885	6.454
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	46.824	98.354
6.01.01.18	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	81.850	69.282
6.01.01.20	Ajuste a valor de mercado empréstimos e debêntures	101.197	-86.849
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-798.064	-335.393
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-266.840	-278.172
6.01.02.03	Almoxarifado	-1.550	1.767
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-118.730	13.076
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	82.203	185.343
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-53.613	-18.751
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	65.698	-769
6.01.02.08	Outros créditos	-81.912	10.296
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	29.381	20.194
6.01.02.11	Fornecedores	-487.966	-188.480
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	50.712	3.698
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	44.821	337.565
6.01.02.15	Serviços em curso	-6.748	12.120
6.01.02.16	Encargos setoriais	20.507	-9.917
6.01.02.19	Outras obrigações	56.416	-24.215
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-130.443	-399.148
6.01.03	Outros	-1.790.841	-889.985
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-27.923	-24.007
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-12.732	-124.075
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-1.644.958	-588.802
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-39.661	-59.497

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-5.767	-6.603
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-59.800	-87.001
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-501.057	-404.520
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-489.357	-371.984
6.02.02	Consumidores participação financeira	39.487	7.957
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-48.401	-100
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-89	-37.419
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-2.697	-2.974
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.840.649	254.893
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.156.800	580.121
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-295.496	-222.697
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento	-16.151	-12.005
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-59.500
6.03.08	Amortizações de operação com instrumento derivativo	-4.504	-31.026
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.075	-229.006
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.014.632	460.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.029.707	231.686

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.532.525	638.674	0	0	458.071	5.629.270
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.532.525	638.674	0	0	458.071	5.629.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	367.153	7.902	375.055
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	367.153	0	367.153
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.902	7.902
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	11.973	11.973
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.071	-4.071
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.883	-15.883	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.065	-24.065	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.182	8.182	0
5.07	Saldos Finais	4.532.525	638.674	0	383.036	450.090	6.004.325

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	2.237.488	0	-4.762.527	2.822.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	2.237.488	0	-4.762.527	2.822.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.817	235.270	268.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	260.517	0	260.517
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-227.700	235.270	7.570
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	11.470	11.470
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-3.900	-3.900
5.05.02.06	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	-345.000	345.000	0
5.05.02.07	Tributos s/ ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	117.300	-117.300	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.655	-15.655	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	23.720	-23.720	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.065	8.065	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	2.237.488	48.472	-4.542.912	3.091.003

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	7.470.381	7.451.019
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.460.789	4.506.181
7.01.02	Outras Receitas	2.697.648	2.735.231
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	473.580	354.125
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-161.636	-144.518
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.716.242	-3.608.753
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.876.574	-3.000.638
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-697.950	-577.160
7.02.04	Outros	-141.718	-30.955
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.754.139	3.842.266
7.04	Retenções	-307.682	-245.118
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-307.682	-245.118
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.446.457	3.597.148
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	309.338	201.110
7.06.02	Receitas Financeiras	309.338	201.110
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.755.795	3.798.258
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.755.795	3.798.258
7.08.01	Pessoal	172.191	153.956
7.08.01.01	Remuneração Direta	108.986	101.049
7.08.01.02	Benefícios	54.625	45.352
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.580	7.555
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.508.470	2.673.127
7.08.02.01	Federais	1.364.995	1.565.675
7.08.02.02	Estaduais	1.136.678	1.102.335
7.08.02.03	Municipais	6.797	5.117
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	707.981	710.658
7.08.03.01	Juros	697.217	704.949
7.08.03.02	Aluguéis	10.764	5.709
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	383.036	276.172
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	383.036	276.172
7.08.05	Outros	-15.883	-15.655
7.08.05.01	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-15.883	-15.655

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



São Paulo, 29 de abril de 2025 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (cerca de 18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre (“1T25”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Receita Bruta (R\$ mil)	7.775.300	7.595.538	2,4%	8.379.971	-7,2%
Receita Líquida (R\$ mil)	5.059.516	4.837.880	4,6%	5.594.308	-9,6%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	1.060.074	1.159.852	-8,6%	1.041.416	1,8%
Margem EBITDA (%)*	21,0%	24,0%	-3 p.p.	18,6%	2,3 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)*	23,1%	25,9%	-2,8 p.p.	20,9%	2,2 p.p.
EBIT (3) (R\$ mil)*	766.723	926.196	-17,2%	771.275	-0,6%
Margem EBIT (%)*	15,2%	19,1%	-3,99 p.p.	13,8%	1,4 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	367.153	260.517	40,9%	257.769	42,4%
Margem Líquida (%)	7,3%	5,4%	1,9 p.p.	4,6%	57,5%
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	8,0%	5,8%	2,2 p.p.	5,2%	54,7%
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.628	11.198	3,8%	11.180	4,0%
CAPEX (R\$ mil)*	484.463	372.638	30,0%	628.843	-23,0%
DEC - horas (12 meses)*	6,39	6,95	-8,0%	6,68	-4,3%
FEC - vezes (12 meses)*	3,15	3,45	-8,8%	3,20	-1,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,85%	97,60%	1,3 p.p.	98,35%	0,5 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	10,80%	10,44%	0,4 p.p.	10,89%	-0,09 p.p.
PMSO (4) /Consumidor*	97,2	76,9	26,0%	91,4	6,6%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com 7,9 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de aproximadamente 18,0 milhões de habitantes¹.

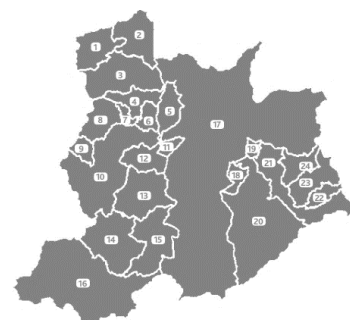
DADOS GERAIS*

	1T25	1T24	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	42.663	42.580	0,2%
Linhas de Transmissão (Km)	1.846	1.846	0,0%
Subestações (Unid.)	163	163	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	44.446	42.689	4,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	8,75%	8,81%	-0,06 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	7,91%	7,93%	-0,02 p.p.

(1) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADEE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

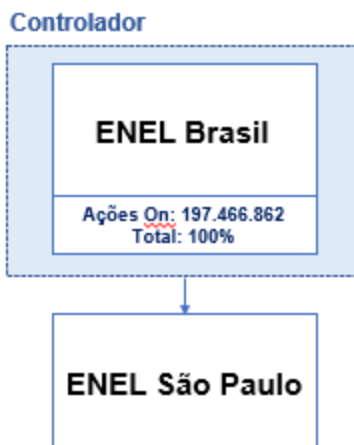
- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeerica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****Organograma Societário Simplificado**

Posição em 31 de março de 2025

**4 DESEMPENHO OPERACIONAL****Mercado de Energia*****Unidades Consumidoras****NÚMERO DE CONSUMIDORES***

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Mercado Cativo	8.026.165	7.940.768	1,1%	8.004.332	0,3%
Residencial	7.550.787	7.470.526	1,1%	7.531.263	0,3%
Industrial	24.097	24.752	-2,6%	24.231	-0,6%
Comercial	430.902	426.856	0,9%	429.426	0,3%
Rural	542	577	-6,1%	568	-4,6%
Sector Público	19.837	18.057	9,9%	18.844	5,3%
Clientes Livres	6.559	4.298	52,6%	6.055	8,3%
Industrial	1.722	978	76,1%	1.567	9,9%
Comercial	4.642	3.200	45,1%	4.318	7,5%
Sector Público e outros	195	120	62,5%	170	14,7%
Total - Número de Consumidores (faturados)	8.032.724	7.945.066	1,1%	8.010.387	0,3%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

A Companhia encerrou o 1T25 com um aumento de 1,1%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao 1T24.

O crescimento do mercado cativo concentrou-se principalmente na classe residencial (aproximadamente 80 mil clientes). Em relação ao mercado livre, destacam-se as classes industrial e comercial, com aumentos de 76,1% e 45,1% respectivamente, reflexo do aquecimento do setor comercial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre no caso dos clientes industriais.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão²**VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)***

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.570	7.613	-0,6%	7.213	5,0%
Clientes Livres	4.058	3.586	13,2%	3.967	2,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.628	11.198	3,8%	11.180	4,0%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T25.

² Não Inclui Consumo Próprio

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****Mercado Cativo****VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)***

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Residencial	4.799	4.548	5,5%	4.453	7,8%
Industrial	311	406	-23,6%	349	-11,0%
Comercial	2.011	2.163	-7,0%	1.950	3,1%
Rural	2	9	-74,4%	8	-72,1%
Setor Público	447	487	-8,3%	453	-1,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.570	7.613	-0,6%	7.213	5,0%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

O mercado cativo totalizou 7.570 GWh no 1T25, representando uma ligeira queda de 0,6% em relação ao mesmo período no ano passado (7.613 GWh) atribuído principalmente a migração de consumidores Industriais e Comerciais para o mercado livre.

O consumo na classe residencial registrou um aumento de 5,5% no trimestre em relação ao ano anterior em decorrência do impacto positivo associado a temperaturas mais elevadas no período observado.

Já na classe industrial, a redução de -23,6% em relação ao mesmo período no ano anterior, por conta do efeito da migração para o mercado livre, impulsionado pela abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

O consumo da classe comercial também registrou uma queda de 7,0% no trimestre em decorrência do efeito da migração dos clientes para o mercado livre.

Em relação ao setor público, a redução de 8,3% observada no trimestre também está associada à migração para o mercado livre.

Clientes Livres**TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)***

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Industrial	1.554	1.390	11,8%	1.655	-6,1%
Comercial	2.022	1.753	15,3%	1.831	10,4%
Setor Público e outros	482	442	8,9%	481	0,2%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	4.058	3.586	13,2%	3.967	2,3%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 4.058 GWh no 1T25, um aumento de 13,2% quando comparado ao 1T24, em decorrência principalmente do aumento do consumo na classe industrial e comercial, refletindo o impacto positivo das temperaturas mais elevadas, o aquecimento econômico, além da migração de clientes do mercado cativo, impulsionada pela abertura do mercado para clientes do Grupo A.

Compra de Energia***COMPRA DE ENERGIA (GWH)***

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Itaipu	1.683	1.752	-3,9%	1.766	-4,7%
Angra 1 e 2	341	347	-1,8%	351	-2,9%
Proinfa	157	157	-0,3%	169	-7,0%
Leilão e Quotas	6.529	6.233	4,8%	7.060	-7,5%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	8.710	8.489	2,6%	9.346	-6,8%
Liquidação na CCEE	526,9	767,1	-31,3%	-615,3	-185,6%
Total - Compra de Energia	9.237	9.257	-0,2%	8.731	5,8%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T25.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



Balanço de Energia*

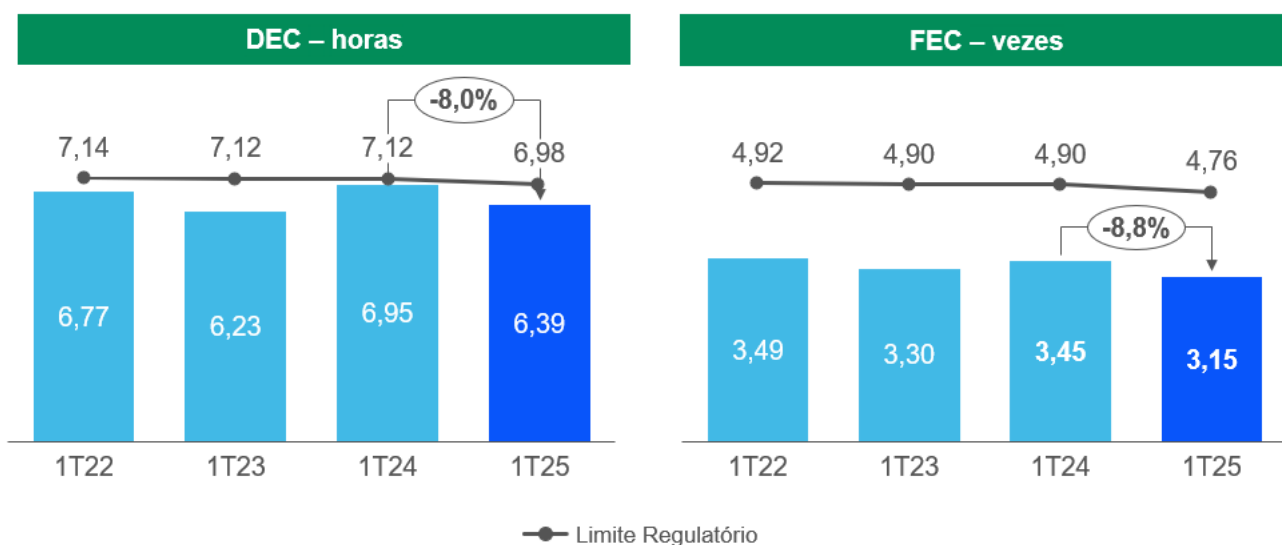
BALANÇO DE ENERGIA (GWh)*

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Energia Requerida (GWh)	13.294,3	12.823,9	3,7%	12.639,2	5,2%
Energia Distribuída (GWh)	11.743	11.278	4,1%	11.274	4,2%
Mercado Cativo	7.684	7.693	-0,1%	7.307	5,2%
Mercado Livre	4.060	3.586	13,2%	3.967	2,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.551	1.546	0,4%	1.365	13,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	11,67%	12,05%	-0,4 p.p.	10,80%	0,9 p.p.

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

Indicadores Operacionais

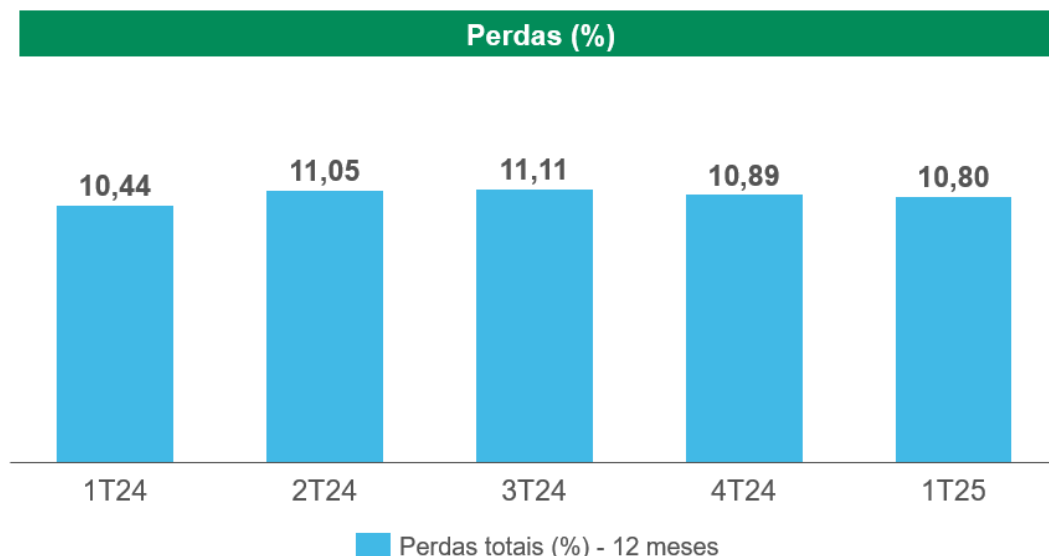
Qualidade do Fornecimento*



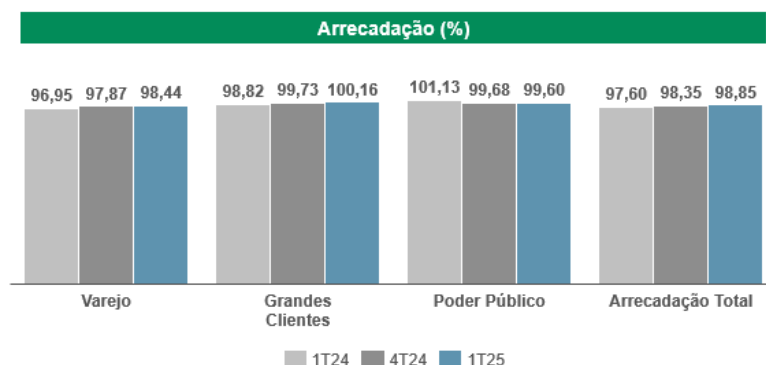
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 1T25, considerando os últimos 12 meses, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma queda de 8,0% e 8,8% respectivamente em relação ao mesmo período em 2024, reflexo, principalmente, das medidas que a Enel São Paulo vem tomando para melhorar a qualidade e resiliência da rede. Cabe ressaltar que os eventos climáticos de novembro de 2023 e outubro de 2024 impactaram os indicadores de qualidade dos respectivos períodos distorcendo a base de comparação.

Destaca-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 6,98 / FEC: 4,76).

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****Disciplina de Mercado***

As perdas de energia LTM alcançaram o valor de 10,80% no 1T25, um aumento de 0,36 p.p. em relação às perdas registradas no 1T24 que atingiram 10,44%. O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forçando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular. (III) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 371 GWh de energia no 1T25.

Arrecadação*

O índice de arrecadação da companhia atingiu 98,85% no 1T25 contra 97,60% no mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 1,25 p.p, refletindo as ações recorrentes, voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, implementação do PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****5 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO****Receita Operacional Líquida****RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)**

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	5.709.979	5.808.777	-1,7%	5.700.034	0,2%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(18.724)	(35.114)	-46,7%	(32.510)	-42,4%
Subvenção de recursos da CDE	266.786	245.630	8,6%	272.169	-2,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	879.959	782.725	12,4%	856.174	2,8%
Receita de construção	473.580	354.125	33,7%	612.609	-22,7%
Atualização do ativo financeiro da concessão	182.699	129.171	41,4%	128.896	41,7%
Ativo financeiro setorial, líquido	199.718	223.676	-10,7%	655.855	-69,5%
Outras receitas originadas de contratos com clientes	81.303	86.548	-6,1%	186.744	-56,5%
Total - Receita Operacional Bruta	7.775.300	7.595.538	2,4%	8.379.971	-7,2%
ICMS	(1.130.930)	(1.099.557)	2,9%	(1.117.341)	1,2%
COFINS	(446.803)	(453.849)	-1,6%	(479.916)	-6,9%
PIS	(96.948)	(98.549)	-1,6%	(104.140)	-6,9%
ISS	(85)	(82)	3,7%	(82)	3,7%
Total - Tributos	(1.674.766)	(1.652.037)	1,4%	(1.701.479)	-1,6%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(42.019)	(43.768)	-4,0%	(48.093)	-12,6%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(989.743)	(1.051.293)	-5,9%	(811.842)	21,9%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(6.982)	(6.255)	11,6%	(6.982)	-
Encargos do consumidor - PROINFA	1.586	(4.475)	<-100,0%	3.481	-54,4%
Encargos do consumidor - CCRBT	(3.860)	170	<-100,0%	(220.748)	-98,3%
Total - Encargos Setoriais	(1.041.018)	(1.105.621)	-5,8%	(1.084.184)	-4,0%
Total - Deduções da Receita	(2.715.784)	(2.757.658)	-1,5%	(2.785.663)	-2,5%
Total - Receita Operacional Líquida	5.059.516	4.837.880	4,6%	5.594.308	-9,6%
Total - Receita Operacional Líquida desc. Receita de Construção	4.585.936	4.483.755	2,3%	4.981.699	-7,9%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

A receita operacional líquida da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 5,1 bilhões no 1T25, representando um aumento de 4,6% (R\$ 221,6 milhões) em relação ao 1T24. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 1T25, alcançou o montante de R\$ 4,6 bilhões, um aumento de R\$ 102,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4,5 bilhões. Este incremento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de Atualização do ativo financeiro da concessão na ordem de R\$ 53,5 milhões, devido a um IPCA maior parcialmente compensado por baixas no período;
- Aumento na rubrica de disponibilidade do sistema – TUSD, – mercado livre em R\$ 97,2 milhões;
- Aumento na rubrica de Subvenção de Recursos da CDE na ordem de R\$ 21,2 milhões.
- Queda linha de deduções referentes à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no 1T25, na ordem de R\$ 61,5 milhões, em função do efeito da suspensão do pagamento CDE Escassez e CDE Covid, conforme despacho Nº 3.056, de 9 de outubro de 2024.

Tal efeito foi parcialmente compensados por:

- Queda de 1,7% no Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo no 1T25 frente o mesmo período do ano anterior, ou seja, uma redução de R\$ 98,8 milhões, explicado em partes pela migração de classes, além do efeito da tarifa em vigor menor durante o 1T25 versus 1T24;
- Queda no DIC/FIC no 1T25 na ordem de 46,7% ou R\$ 16,4 milhões em comparação com o 1T24;
- Queda de R\$ 23,9 milhões na linha de Ativo financeiro setorial líquido relacionado a, (i) menor compra no mercado de curto prazo; (ii) provisão do alívio retroativo de ESS; (iii) novos montantes a amortizar homologados em cada ciclo tarifário; (iv) redução dos montantes de PIS_COFINS conforme homologação ANEEL.

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****Custos e Despesas operacionais****CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)**

	1T25	1T24	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.099.160)	(1.907.937)	10,0%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(674.557)	(836.456)	-19,4%
Total - Não Gerenciáveis	(2.773.717)	(2.744.393)	1,1%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(189.693)	(151.102)	25,5%
Previdência Privada	(1.378)	(1.709)	-19,4%
Material e Serviços de Terceiros	(298.700)	(265.419)	12,5%
Depreciação e Amortização (D&A)	(293.351)	(233.656)	25,5%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(79.786)	(75.236)	6,0%
Custo de Construção	(473.580)	(354.125)	33,7%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(23.980)	(30.802)	-22,1%
Perda de recebíveis de clientes	(81.850)	(69.282)	18,1%
Receita de multas por impontualidade de clientes	29.991	33.406	-10,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(106.749)	(19.366)	>100,0%
Total - Gerenciáveis	(1.519.076)	(1.167.291)	30,1%
Total - Gerenciáveis (excluindo custo de construção e D&A)	(752.145)	(579.510)	29,8%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.292.793)	(3.911.684)	9,7%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R\$ 4,3 bilhões no 1T25, um aumento de R\$ 381,1 milhões em comparação com o 1T24. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 2,8 bilhões, montante 1,1% (R\$ 29,3 milhões) superior ao registrado no 1T24, explicado por:

- Aumento na Energia elétrica comprada para revenda na ordem de R\$ 191,2 milhões;
- Compensado parcialmente pela queda na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R\$ 161,9 milhões.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 1T25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram um aumento de R\$ 232,3 milhões (28,6%). As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento da rubrica de Perdas de Recebíveis de Clientes de R\$ 12,6 milhões em razão de *write off* da dívida;
- Aumento de R\$ 87,4 milhões em outras despesas operacionais;
- Aumento de R\$ 38,6 milhões na rubrica de Pessoal em decorrência do projeto *insourcing*;
- Aumento de R\$ 33,3 milhões na linha de Materiais e Serviços de Terceiros, parcialmente explicado pela intensificação do plano de melhorias na qualidade e resiliência da rede;
- Aumento de R\$ 59,7 milhões na rubrica de Depreciação e Amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar;
- Piora de R\$ 4,5 milhões na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;

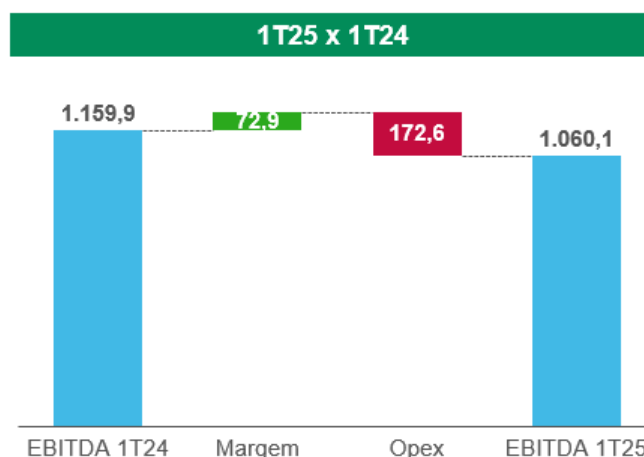
Tal efeito foi parcialmente compensados por:

- Queda de R\$ 6,8 milhões em provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Queda de 3,4 milhões na receita de multas por impontualidade de clientes

EBITDA

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



O EBITDA da Enel São Paulo no 1T25 atingiu o montante de R\$ 1,1 bilhão, o que representa uma redução de R\$ 99,8 milhões em relação ao 1T24 em decorrência de aumento do OPEX no período explicado acima.

Tal efeito foi parcialmente compensada por uma melhora da margem.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Renda de Aplicações Financeiras	17.039	5.027	238,9%	5.503	>100,0%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	6.674	2.779	>100,0%	10.497	-36,4%
Subvenções governamentais	-	58	-100,0%	-	-
Atualização de Créditos Tributários	21.078	1.607	>100,0%	18	>100,0%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	14.449	20.773	-30,4%	13.037	10,8%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	25.348	(7.485)	<-100,0%	83.827	-69,8%
Ajuste MTM Dívida	154.630	109.895	40,7%	225.487	-31,4%
Juros e variações monetárias - outros	59.636	61.224	-2,6%	43.652	36,6%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	30	774	-96,1%	3.953	-99,2%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	15.881	10.599	49,8%	20.681	-23,2%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(5.427)	(4.141)	31,1%	(4.189)	29,6%
Total - Receitas Financeiras	309.338	201.110	53,8%	402.466	-23,1%
Despesas Financeiras					
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(149.934)	(108.525)	38,2%	(129.346)	15,9%
Variação Monetária - Empréstimos e Derivativos	(65.963)	(53.288)	23,8%	(43.970)	50,0%
Instrumentos Financeiros de hedge	(192.261)	(148.316)	29,6%	(261.585)	-26,5%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(5.885)	(6.454)	-8,8%	(5.668)	3,8%
Subvenções governamentais	-	(58)	-100,0%	-	-
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(11.592)	3.698	<-100,0%	(13.608)	-14,8%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	3.591	655	>100,0%	3.856	-6,9%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(13.497)	(10.652)	26,7%	(10.409)	29,7%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(22.466)	(53.521)	-58,0%	(62.204)	-63,9%
Atualização Acordo Eletrobras	(326)	(1.286)	-74,7%	(288)	13,2%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(130.796)	(151.965)	-13,9%	(116.501)	12,3%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(42)	(1.580)	-97,3%	(9.402)	-99,6%
Juros e variações monetárias - outros	(54.215)	(62.854)	-13,7%	(52.327)	3,6%
Outras Despesas Financeiras	(3.715)	(37.200)	-90,0%	19.624	<-100,0%
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	(51.299)	(73.481)	-30,2%	(107.755)	-52,4%
Total - Despesas Financeiras	(698.400)	(704.827)	-0,9%	(789.583)	-11,5%
Variações Cambiais	1.183	(122)	<-100,0%	(3.224)	-136,7%
Variações cambiais - Empréstimos	156.170	(77.881)	<-100,0%	(348.306)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(156.190)	77.887	<-100,0%	348.322	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	1.203	(128)	<-100,0%	(3.240)	<-100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(387.879)	(503.839)	-23,0%	(390.341)	-0,6%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 1T25 com uma despesa líquida de R\$ 387,9 milhões, uma redução de R\$ 116,0 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal variação é explicada, principalmente, por:

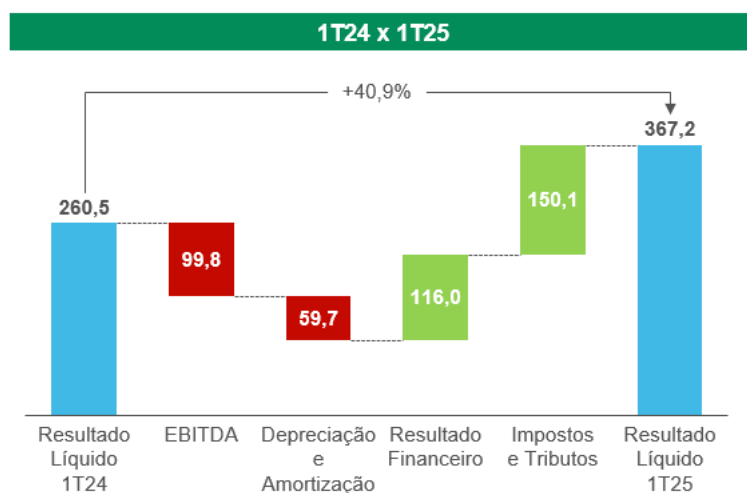
- Redução líquida de despesa no montante de R\$ 55,0 milhões nas rubricas de atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais;
- Aumento de R\$ 12,0 milhões na rubrica de renda de aplicações financeiras decorrente do maior nível de caixa médio no 1T25 versus o mesmo período, além do aumento do CDI (12,95% 1T25 vs. 11,28% 1T24);

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

- Redução de R\$ 33,4 milhões na rubrica de outras despesas financeiras, devido principalmente aos descontos relacionados à medida de apoio implementada pela Companhia no 1T24, com a isenção do pagamento da conta de energia durante 3 meses para clientes elegíveis, desde dezembro de 2023, a qual não ocorreu no 1T25;
- Redução de R\$ 21,1 milhões na rubrica de custos dos juros (líquidos) do plano de pensão decorrente da redução da dívida atuarial entre os períodos comparados;
- Aumento de R\$ 19,4 milhões na rubrica de atualização de créditos tributários;
- Redução de R\$ 31,0 milhões de despesa na rubrica de atualização monetária de processos judiciais e outros;

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 53,3 milhões nas rubricas de dívida (Dívida marcação a mercado, instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívidas e variação monetária, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento no volume da dívida e do CDI (12,95% 1T25 vs. 11,28% 1T24) e IPCA (2,04% 1T25 vs. 1,46% 1T24) entre os períodos analisados.

Resultado Líquido

O resultado líquido da Enel São Paulo registrou lucro de R\$ 367,2 milhões no 1T25, o que representa um aumento de 40,9% (R\$ 260,5 milhões) em relação ao 1T24, explicada principalmente pela melhora no resultado financeiro e em grande parte por um impacto positivo de R\$ 117,8 milhões na linha de impostos, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indêbitos tributários, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Excluindo o efeito extraordinário o resultado do 1T25 teria atingido R\$249,3 milhões, representando uma queda de 4,3% vis-à-vis o mesmo período do ano anterior.

Endividamento

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)**

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	9.324.140	7.430.534	25,48%	7.309.897	27,56%
(-) Disponibilidades	(1.034.169)	(237.757)	334,97%	(1.021.026)	1,29%
Dívida Líquida	8.289.971	7.192.777	15,25%	6.288.871	31,82%
EBITDA (2)	4.181.076	4.183.115	-0,05%	4.280.854	-2,33%
Dívida Bruta/EBITDA	2,23	1,78	25,55%	1,71	30,60%
Dívida Líquida/EBITDA	1,98	1,72	15,31%	1,47	34,97%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,61	0,71	-13,87%	0,56	7,67%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,58	0,70	-17,08%	0,53	9,91%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24; (2) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta³ da Companhia encerrou 1T25 em R\$ 9.324 milhões, um aumento de R\$ 1.893 milhões em relação ao 1T24. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 3.992 milhões para financiamento de investimentos, e (ii) provisões de encargos de R\$ 862 milhões. Estes efeitos foram compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 2.940 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período o valor de R\$ 21 milhões referentes a ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes e à custos de transação, líquido das apropriações.

Dentre às liquidações realizadas, destacam-se as operações dos empréstimos com o BNP Paribas no total de R\$ 765 milhões realizadas no primeiro semestre do ano; a liquidação de empréstimo com a EFI no montante de R\$ 609 milhões realizada em junho de 2024; a liquidação do empréstimo com o MUFG no valor de R\$ 200 milhões realizada em setembro de 2024; e a amortização parcial da 24ª emissão de debêntures - 1ª série no montante de 350 milhões realizada em maio de 2024.

A Companhia encerrou 1T25 com o custo médio da dívida em 13,86% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2025 é de R\$ 500 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despacho Nº 1.916/2024, no valor de até R\$ 4.000 milhões.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 831 milhões, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados, caso seja necessário. A Companhia conta também com o apoio financeiro da holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International N.V. (EFI), pode disponibilizar recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de março de 2025, o saldo de empréstimos com a EFI registrado no passivo circulante é de R\$ 502 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 16.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 1T25, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de março de 2025. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures e empréstimos bancários:

³ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

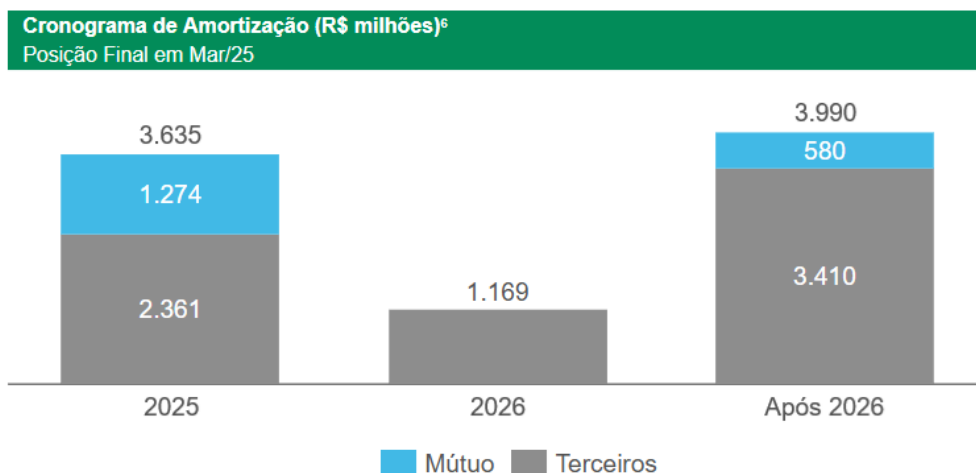
	1T25
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	9.324.140
Fundo de Pensão	2.888.352
(-) Disponibilidades	(1.034.169)
Dívida Líquida	11.178.323
EBITDA (1) (12 meses)	4.181.076
(+)PDD	455.617
(+)Contingências	113.335
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	7.179
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	46.933
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24^a, 25^a, 26^a e 27^a Emissão	4.804.140

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

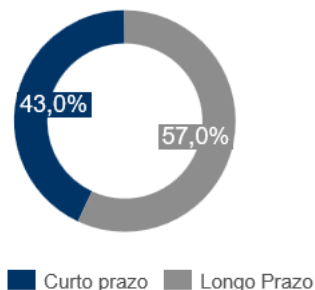
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24 ^a , 25 ^a , 26 ^a e 27 ^a Debênture, SCOTIA	2,33
--	-------------

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁴



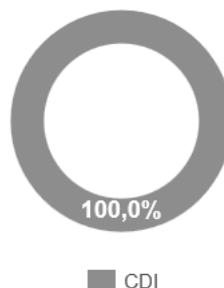
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP⁵

Posição Final em Mar/25



Abertura Dívida Bruta – Indexadores⁵

Posição Final em Mar/25



⁴ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

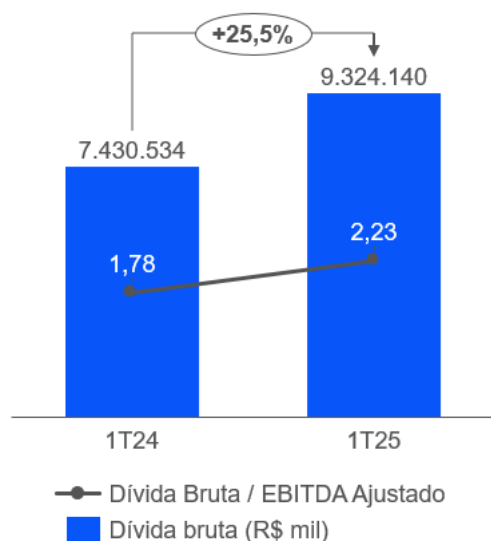
⁵ Não considera previdência.

Divulgação de Resultados

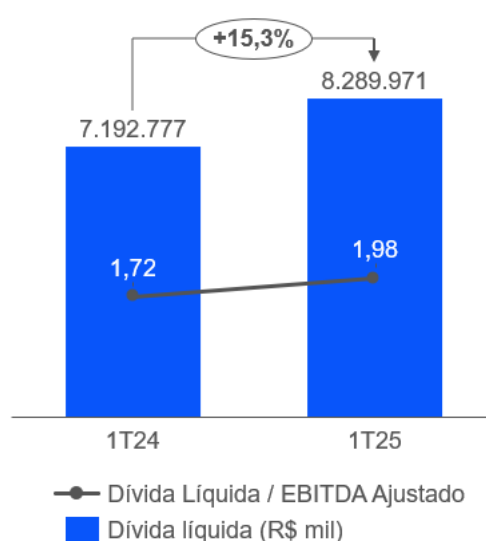
Comentário do Desempenho



Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Veze)
Evolução 1T24 x 1T25



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze)
Evolução 1T24 x 1T25



Classificação de Riscos (Rating)

Em 27 de agosto de 2024, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Manutenção	138.590	145.554	-4,8%	276.474	-49,9%
Crescimento	221.160	115.334	91,8%	168.707	31,1%
Novas Conexões	114.208	105.633	8,1%	138.119	-17,3%
Financiado pela Companhia	473.958	366.521	29,3%	583.300	-18,7%
Financiado pelo Cliente	10.504	6.118	71,7%	45.543	-76,9%
Total	484.463	372.638	30,0%	628.843	-23,0%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números do 1T24, bem como os demais trimestres de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 1T25 o total de R\$ 484,5 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e qualidade da rede, crescimento e novas conexões.

O patamar registrado é o maior montante investido do primeiro trimestre desde que a Enel assumiu a concessão.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 138,6 milhões, (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 221,2 milhões.

Plano de Investimentos

Em novembro de 2024, a Enel São Paulo apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que estão em implementação, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano, que aponta a uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões entre 2025 e 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, representando um crescimento

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



de 68% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 6,2 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação de até 1.200 colaboradores de forma a assegurar uma resposta de melhor qualidade às solicitações dos clientes. Dentre as iniciativas apresentadas pela distribuidora, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Principais ações apresentadas pela companhia:

- Aumento de pessoal próprio: contratação de até 1.200 colaboradores próprios para reforço das operações em campo e redução do tempo médio de atendimento aos clientes;
- Investimento em infraestrutura: ações de manutenções preventivas e corretivas intensificadas com o objetivo de reduzir os desligamentos não programados na rede, com a substituições de equipamentos e modernização de trechos da rede de média e baixa tensão, com a instalação de redes compactas mais resistentes, além da instalação de mais equipamentos de automação;
- Novos protocolos de atuação em caso de contingência: ampliação em mais de quatro vezes as equipes em campo, dependendo da criticidade dos alertas meteorológicos e canais de atendimento redimensionados para cada situação, podendo ter a capacidade dobrada nas contingências severas;
- Podas de árvores: proposta para renovar o convênio de podas com a Prefeitura e de dobrar o número de podas preventivas realizadas por ano, com a execução de cerca de 600 mil podas/ano na área de concessão;
- A companhia reiterou seu compromisso de participação no Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo (CGE), que passa a integrar de forma permanente para auxiliar as autoridades no atendimento às ocorrências no município.
- Enel e prefeitura sugeriram a criação de uma força-tarefa conjunta e um canal de comunicação para priorizar o atendimento das necessidades estratégicas do município. Com um grupo de trabalho integrado com a prefeitura, a distribuidora vai acompanhar de perto as demandas da administração pública.

6 ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionadores de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2025-2027 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Grupos de Interesse, Natureza, Direitos Humanos e Aceleradores de Crescimento.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa ECoS - Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos Enel. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Com o objetivo de gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente de energia e cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do 1º trimestre de 2024, a **Enel Distribuição São Paulo** acumulou o investimento de R\$ 5,1 milhões e beneficiou 18.615 pessoas, por meio de 158 iniciativas. Como destaque do período, relacionamos um projeto de eficiência energética:

Workshop da Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética – ODS 7

No dia 19 de fevereiro, a Enel Distribuição São Paulo promoveu o workshop da Chamada Pública de Projetos (CPP), vinculada ao Programa de Eficiência Energética (PEE) da ANEEL. O evento reuniu representantes de empresas, instituições e especialistas do setor, reforçando o compromisso da Enel com uma transição energética justa. O encontro apresentou os principais pontos do edital da CPP 001/2024, esclareceu dúvidas e promoveu reflexões sobre o papel da eficiência energética na sustentabilidade e no combate às mudanças climáticas. Entre os destaques, a participação do climatologista Carlos Nobre, que abordou os impactos do aquecimento global e ressaltou a importância da eficiência energética como ferramenta de mitigação. Especialistas da Enel detalharam as etapas do processo seletivo e as oportunidades de investimento para clientes públicos, privados e filantrópicos. Nesta edição, estão sendo disponibilizados R\$ 50 milhões para a implementação de projetos, que podem envolver desde a substituição de equipamentos obsoletos até a modernização de sistemas e a instalação de usinas fotovoltaicas.

Indicadores ASG - Enel São Paulo**Indicadores**

	1T25	1T24
Força de trabalho	20.012	16.340
Colaboradores próprios (unit)	4.682	3.902
Colaboradores terceirizados (unit)	15.330	12.438
% de mulheres na Empresa	13,9%	16,2%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	30,9%	27,5%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	1,33	5,17
Taxa de Rotatividade (2)	5,8%	2,2%
Número de membros no conselho (unit)	8	8
Número de membros independentes no conselho (unit)	1	1
% de mulheres no conselho	25,0%	37,5%
Beneficiados pelos projetos sociais (3)	18.615	54.129
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	98%	60%
Avaliação de fornecedores ambientais (4)	2	1
Realização de ECoS Ambiental (5)	-	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) O número do 1T24 foi adaptado a fim de refletir uma mudança nos critérios de contabilização de alguns projetos realizada no final do ano passado

;(4) Meta 2025: 11 ; (5) Meta 2025: 1

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****ASPECTOS REGULATÓRIOS****Reajuste Tarifário Anual 2024**

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 02 de julho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2024 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2024, Resolução Homologatória nº 3.339/2024.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de -9,05% composto por reajuste econômico de -2,57% e componente financeiro de -6,48%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário, +6,61%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,43%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	-1,32%
Energia Comprada	-1,06%
Encargos de Transmissão	+0,05%
Parcela A	-2,33%
Parcela B	-0,24%
Reajuste Econômico	-2,57%
CVA Total	-1,02%
Outros Itens Financeiros	-5,46%
Reajuste Financeiro	-6,48%
Índice de Reajuste Total	-9,05%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+6,61%
Efeito para o consumidor	-2,43%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em -3,3%, representando -2,33% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 5.096 milhões. Uma queda de -5,6%, representando -1,32% no reajuste econômico em função principalmente do encargo CDE COVID (-42,5%);
- Energia Comprada: R\$ 8.220 milhões. Queda de -2,8% decorre principalmente da redução do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa - modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa -1,06% no reajuste econômico, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.456 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 0,4%, correspondendo a um efeito de 0,05% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -0,8%, representando uma participação de -0,24% no reajuste econômico. Ademais, foi homologado o Fator X de 2,941%, composto por:

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,014%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,441%; e

Divulgação de Resultados

Earnings Release 1T25

Comentário do Desempenho



- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 2,486%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 1.554.691, dentre os quais destacam-se: R\$ 245.938 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 844.670; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 734.969; sendo estes valores parcialmente compensados por meio da componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 642.190.

O reajuste tarifário médio de -2,43% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,52%
Baixa Tensão	-2,11%
Efeito Médio	-2,43%

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até março de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estão favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2024 e 2025, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

Divulgação de Resultados

Earnings Release 1T25

Comentário do Desempenho



2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	58,60	58,60	264,69									
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 19 de dezembro de 2023, a Resolução Homologatória n.º 3.304 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2024. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.470,57/MWh e o valor mínimo em R\$ 61,07/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2024.

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****ANEXO 1**

	1T25	1T24	Var. %
Receita Operacional Bruta	7.775.300	7.595.538	2,4%
Fornecimento de Energia e Disp. do Sistema (TUSD) - Mercado Cativo	5.709.979	5.808.777	-1,7%
CVA	199.718	223.676	-10,7%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	879.959	782.725	12,4%
Receita de Construção	473.580	354.125	33,7%
Outras Receitas	512.064	426.235	20,1%
Deduções da Receita Operacional	(2.715.784)	(2.757.658)	-1,5%
Receita Operacional Líquida	5.059.516	4.837.880	4,6%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.773.717)	(2.744.393)	1,1%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.099.160)	(1.907.937)	10,0%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(674.557)	(836.456)	-19,4%
Custo/Despesa Operacional	(1.519.076)	(1.167.291)	30,1%
Pessoal	(189.693)	(151.102)	25,5%
Material e Serviços de terceiros	(298.700)	(265.419)	12,5%
Depreciação e amortização	(293.351)	(233.656)	25,5%
Provisões	(103.766)	(106.038)	-2,1%
Custo de construção	(473.580)	(354.125)	33,7%
Outros	(53.237)	(37.585)	41,6%
Outras receitas/despesas operacionais	(106.749)	(19.366)	>100,0%
EBITDA	1.060.074	1.159.852	-8,6%
EBIT	766.723	926.196	-17,2%
Resultado Financeiro	(387.879)	(503.839)	-23,0%
Receita Financeira	309.338	201.110	53,8%
Despesa Financeira	(698.400)	(704.827)	-0,9%
Variações Cambiais	1.183	(122)	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	378.844	422.357	-10,3%
IR/CS	(11.691)	(161.840)	-92,8%
Lucro/Prejuízo Líquido	367.153	260.517	40,9%

Notas Explicativas



Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Enel Distribuição São Paulo

CNPJ: 61.695.227/0001-93

Formulário de informações trimestrais em 31 de março de 2025
Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas



Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Informações financeiras intermediárias em 31 de março de 2025

Índice

Comentário de desempenho1

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR.....19

Informações financeiras intermediárias

Balanços patrimoniais.....21

Demonstrações do resultado.....23

Demonstrações do resultado abrangente24

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido25

Demonstrações dos fluxos de caixa26

Demonstrações do valor adicionado28

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias29

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.029.707	1.014.632
Títulos e valores mobiliários	6	4.462	6.394
Contas a receber de clientes	7	3.843.625	3.727.553
Créditos a receber - subvenção e outros	8	144.101	209.799
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	337.914	192.123
Outros tributos compensáveis	9	535.360	597.854
Despesas pagas antecipadamente		100.201	46.588
Almoxarifado		45.621	44.071
Serviços em curso		232.774	226.026
Instrumentos financeiros derivativos	28	100.063	101.101
Outros créditos		424.855	388.335
Total do ativo circulante		6.798.683	6.554.476
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes	7	29.186	31.417
Outros tributos compensáveis	9	2.516.182	2.535.891
Depósitos vinculados		688.698	712.427
Tributos diferidos	26	1.606.917	1.722.573
Benefício fiscal	11	1.704.448	1.722.363
Instrumentos financeiros derivativos	28	534.804	483.963
Outros créditos		140.884	51.010
Investimento		38.736	38.454
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.133.950	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	9.711.428	9.324.702
Imobilizado	13	184.381	180.373
Intangível	12.3	3.435.158	3.549.958
Total do ativo não circulante		22.724.772	22.409.488
Total do ativo		29.523.455	28.963.964

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	14	2.949.642	3.408.926
Empréstimos e financiamentos	16	3.489.220	1.995.522
Debêntures	17	460.241	394.619
Obrigações por arrendamentos		62.786	59.421
Outras obrigações fiscais		521.477	470.765
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		100.638	100.638
Salários, provisões e encargos sociais		150.941	121.560
Encargos setoriais	15	470.405	445.746
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	802.091	805.454
Passivo financeiro setorial	10	919.605	1.049.306
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	5.892	5.892
Instrumentos financeiros derivativos	28	131.822	65.672
Provisões para processos judiciais e outros riscos	20	225.387	169.853
Outras obrigações		977.928	917.405
Total do passivo circulante		11.268.075	10.010.779
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	16	2.530.545	2.217.431
Debêntures	17	3.347.179	3.221.717
Obrigações por arrendamentos		125.514	125.208
Encargos setoriais	15	117.192	112.491
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	1.984.511	2.111.591
Passivo financeiro setorial	10	442.547	268.025
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	2.882.460	4.395.560
Provisões para processos judiciais e outros riscos	20	709.847	756.525
Outras obrigações		111.260	115.367
Total do passivo não circulante		12.251.055	13.323.915
<u>Patrimônio líquido</u>	21		
Capital social		4.532.525	4.532.525
Reserva de capital		638.674	638.674
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		450.090	458.071
Lucros acumulados		383.036	-
Total do patrimônio líquido		6.004.325	5.629.270
Total do passivo		29.523.455	28.963.964

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Receita líquida	23	5.059.516	4.837.880
Custo	24	(3.911.392)	(3.613.351)
Lucro bruto		1.148.124	1.224.529
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	24		
Despesas gerais e administrativas		(150.996)	(175.097)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(161.636)	(144.518)
Outras receitas (despesas) operacionais		(68.769)	21.282
Total despesas operacionais		(381.401)	(298.333)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		766.723	926.196
<u>Resultado financeiro</u>	25		
Receitas financeiras		309.338	201.110
Despesas financeiras		(698.400)	(704.827)
Variações cambiais, líquidas		1.183	(122)
Total do resultado financeiro		(387.879)	(503.839)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		378.844	422.357
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	26		
Imposto de renda e contribuição social correntes		117.809	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(129.500)	(161.840)
Total dos tributos sobre o lucro		(11.691)	(161.840)
Lucro líquido do período		367.153	260.517
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	22	1,2276	1,3193

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.01.2025 a 31.03.3025	01.01.2024 a 31.03.3024
Lucro líquido do período		367.153	260.517
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	28	11.973	11.470
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	26	(4.071)	(3.900)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		375.055	268.087

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.079.525	2.267.883	547	196.766	2.040.722	-	(4.762.527)	2.822.916
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	260.517	-	260.517
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	(345.000)	345.000	-
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	117.300	(117.300)	-
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	11.470	11.470
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(3.900)	(3.900)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	23.720	(23.720)	-
Tributos diferidos sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(8.065)	8.065	-
Saldo em 31 de março de 2024	3.079.525	2.267.883	547	196.766	2.040.722	48.472	(4.542.912)	3.091.003
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.532.525	638.127	547	-	-	-	458.071	5.629.270
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	367.153	-	367.153
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	11.973	11.973
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(4.071)	(4.071)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	24.065	(24.065)	-
Tributos diferidos sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(8.182)	8.182	-
Saldo em 31 de março de 2025	4.532.525	638.127	547	-	-	383.036	450.090	6.004.325

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXATrimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do período	367.153	260.517
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	293.351	233.656
Variações monetárias	32.582	(28.925)
Variações cambiais da dívida	(156.170)	77.881
Marcação a mercado da dívida	101.197	(86.849)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	156.190	(77.887)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(110.390)	80.200
Atualização do ativo financeiro da concessão	(182.699)	(129.171)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	79.786	75.236
Perda de recebíveis de clientes	81.850	69.282
Atualização monetária de processos judiciais	22.466	53.521
Provisões para processos judiciais e outros riscos	26.051	32.540
Juros sobre obrigações de arrendamento	5.885	6.454
Juros sobre empréstimos e financiamentos	213.278	158.247
Juros sobre operações com instrumento derivativo	46.824	98.354
Benefício pós-emprego	131.858	153.623
Baixa de ativo financeiro	8.487	604
Baixa de ativo intangível	14.570	2.024
Amortização dos custos de transação	2.619	3.566
Tributos e contribuições sociais diferidos	129.500	161.840
<u>(Aumento) redução dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(266.840)	(278.172)
Créditos a receber - subvenção e outros	65.698	(769)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(118.730)	13.076
Outros tributos compensáveis	82.203	185.343
Despesas pagas antecipadamente	(53.613)	(18.751)
Almoxarifado	(1.550)	1.767
Serviços em curso	(6.748)	12.120
Outros créditos	(132.244)	10.293
<u>Aumento (redução) dos passivos</u>		
Fornecedores	(487.966)	(188.480)
Outras obrigações fiscais	50.712	3.698
Salários, provisões e encargos sociais	29.381	20.194
Encargos setoriais	20.507	(9.917)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(130.443)	(399.148)
Passivo financeiro setorial	44.821	337.565
Outras obrigações	56.416	(22.926)
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros	(27.923)	(24.007)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(5.767)	(6.603)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(59.800)	(87.001)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(12.732)	(124.075)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(1.644.958)	(588.802)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(39.661)	(59.497)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(1.374.850)	(79.379)

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

Atividades de investimentos

Adições para ativo contratual	(480.794)	(368.021)
Adições para ativo intangível	(8.563)	(3.963)
Consumidores participação financeira	39.487	7.957
Aplicações/resgates em investimento de curto prazo	1.932	(100)
Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados	(89)	(37.419)
Recebimento de venda de ativo imobilizado	(2.697)	(2.974)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(450.724)	(404.520)

Atividades de financiamentos

Captação de empréstimos e financiamentos	2.156.800	580.121
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(295.496)	(222.697)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(16.151)	(12.005)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(59.500)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo (principal)	(4.504)	(31.026)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.840.649	254.893

Variação no caixa líquido	15.075	(229.006)
----------------------------------	---------------	------------------

Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.014.632	460.692
--	-----------	---------

Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.029.707	231.686
---	------------------	----------------

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DOS VALOR ADICIONADOTrimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
1. Receitas	7.470.381	7.451.019
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	7.632.017	7.595.537
Fornecimento de energia elétrica	4.460.789	4.506.181
Outras receitas - originadas de contratos de clientes	2.048.446	2.136.754
Outras receitas	649.202	598.477
Receita relativa à construção de ativos próprios	473.580	354.125
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(161.636)	(144.518)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(3.716.242)	(3.608.753)
Materiais	(159.812)	(154.560)
Outros custos operacionais	(141.718)	(30.955)
Custo de energia comprada e transmissão	(2.876.574)	(3.000.638)
Serviço de terceiros	(538.138)	(422.600)
3. Valor adicionado bruto	3.754.139	3.842.266
4. Retenções	(307.682)	(245.118)
Depreciação e amortização	(307.682)	(245.118)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.446.457	3.597.148
6. Valor adicionado recebido em transferência	309.338	201.110
Receitas financeiras	309.338	201.110
7. Valor adicionado total a distribuir	3.755.795	3.798.258
8. Distribuição do valor adicionado	3.755.795	3.798.258
Empregados (Colaboradores)	172.191	153.956
Salários e encargos	104.852	94.254
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	4.134	6.795
Benefícios	54.625	45.352
FGTS	8.580	7.555
Tributos (Governo)	2.508.470	2.673.127
Federais	323.977	460.054
Imposto de renda e contribuição social	11.690	161.840
COFINS	224.623	225.895
PIS	48.712	49.060
INSS	28.417	14.329
Encargos sociais - outros	10.535	8.930
Estaduais	1.136.678	1.102.335
ICMS	1.132.024	1.099.560
Outros estaduais	4.654	2.775
Municipais	6.797	5.117
ISS	85	82
IPTU	6.712	5.112
Outros municipais	-	(77)
Encargos setoriais	1.041.018	1.105.621
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	989.743	1.051.293
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	42.019	43.768
Encargos do consumidor - PROINFA	(1.586)	4.475
Encargos do consumidor - CCRBT	3.860	(170)
Taxa de fiscalização - ANEEL	6.982	6.255
Remuneração de capitais de terceiros	707.981	710.658
Juros	697.217	704.949
Aluguéis	10.764	5.709
Remuneração de capitais próprios	367.153	260.517
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(15.883)	(15.655)
Lucros retidos	383.036	276.172

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em 15 de junho de 2028 (Nota explicativa nº. 1.3).

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente, e entram em vigor a partir do dia 4 de julho de cada ano. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 04 de julho de 2024 (vide nota explicativa nº 4.1).

1.1 Eventos climáticos

No dia 3 de novembro de 2023, a área de concessão da Companhia, em especial a capital paulista, enfrentou tempestade severa, acompanhada por ventos de magnitude muito superior em relação às previsões dos institutos climáticos. A velocidade dos ventos, até então, foi a maior registrada pelo Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) nos últimos cinco anos. Segundo a escala de Beaufort, tratou-se de uma tempestade violenta, um grau abaixo do nível correspondente a um furacão, que atingiu a área de concessão da Companhia.

A referida tempestade provocou danos graves na rede de distribuição da Companhia, principalmente pela queda de árvores de grande porte, galhos e objetos lançados pela rede. Em menos de 3 horas, diversas unidades consumidoras foram afetadas. A Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros foram acionados para atendimento das ocorrências. Somente na Grande São Paulo foram diversos chamados para quedas de árvores, impactando extensamente a rede de distribuição da Companhia, além da queda de postes, substituição de condutores, chaves seccionadoras, religadores e transformadores.

Plano de Melhoria

Em abril de 2024, a Companhia apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começaram a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

Dentre as iniciativas apresentadas, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e da modernização da rede elétrica. As principais ações apresentadas pela Companhia são: aumento de pessoal próprio, investimento em infraestrutura, novos protocolos de atuação em caso de contingência e podas de árvores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Frente a essa situação, a Companhia vem fortalecendo de forma contínua sua infraestrutura e seus protocolos de resposta a emergências, buscando mitigar os impactos causados por eventos climáticos adversos. Reforçamos que, apesar da gravidade do evento, mantemos a nossa capacidade plena de garantir a continuidade operacional. Para isso, implementamos novas medidas com o objetivo de sustentar e aprimorar nossa performance operacional, inclusive melhorando indicadores como tempo médio de atendimento ao cliente.

A Companhia cumpre integralmente todas as suas obrigações contratuais e regulatórias. Todas as informações solicitadas pela ANEEL estão sendo prontamente fornecidas, com os devidos esclarecimentos prestados pela Companhia.

Penalidades e ações judiciais

Em fevereiro de 2024, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 02/2024 (“AI”) determinando a aplicação de multa de R\$ 165.808 em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. O referido AI foi avaliado como risco possível de perda – vide nota explicativa nº 20.2.3 (a).

Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o trimestre findo em 31 de março de 2025 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. As diversas ações, decorridas de tais eventos climáticos, foram classificadas como risco de perda possível - vide nota explicativa nº 20.2.1 (b).

Em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu o Termo de Intimação nº 0049/2024-SFT (“TI”), emitido pela Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT da ANEEL, relacionado ao evento climático do dia 11 de outubro de 2024, para que ela se manifestasse sobre Relatório de Falhas e Transgressões – RFT – anexo ao TI. Em novembro de 2024, a Companhia apresentou sua manifestação ao TI e, apesar de entender que, segundo a regulação vigente, não há fundamentos para a emissão do TI, a Companhia subsidiariamente também apresentou um Plano de Recuperação para o período apontado. A execução do Plano se deu de forma exitosa, tendo sido devidamente reportada à Aneel.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora.

Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021 e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixarão de pagar os empréstimos relativo a estas contas.

Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. A ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras.

1.3 Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão

Em 20 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição que se encerram entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de enquadramento para prorrogação do contrato, além de trazer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 15 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 027/2024, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com vistas à prorrogação das concessões. A conclusão da referida Consulta e a consequente aprovação do novo Contrato de Concessão foram realizados pela ANEEL no dia 25 de fevereiro de 2025. Em 25 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal para renovação do seu contrato de concessão de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL tem o prazo até 28 de maio de 2025 para avaliar o pedido, e a decisão final pelo Ministério de Minas e Energia – MME, deve ocorrer até 27 de junho de 2025. A assinatura no novo contrato de concessão está prevista para ocorrer até 25 de agosto de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 27 de fevereiro de 2025 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no trimestre findo em 31 de março de 2025, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2024, aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026 1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs ® Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)
IFRS 7 - Contratos de compra de energia	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontrolláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2027

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



IFRS 9 - Second Comprehensive Review of the IFRS for SMEs Accounting Standard

O escopo da 2ª revisão da norma incluiu a

- Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros (emitida em 2018) e as seguintes Normas Contábeis IFRS:
- IFRS 3 Combinações de Negócios (emitida em 2008);
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas 1º de janeiro de 2026
- IFRS 11 Acordos Conjuntos;
- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo;
- IFRS 14 Contas Regulatórias de Diferenciação;
- IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 Arrendamentos; e
- IAS 19 Benefícios a Empregados (revisada em 2011)

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual 2024

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 2 de julho de 2024, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2024 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2024, conforme Resolução Homologatória nº 3.339/2024.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com efeito negativo de -9,05% composto por reajuste econômico de -2,57% e componente financeiro de -6,48%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +6,61%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,43%, sendo -3,52% e -2,11% para alta e baixa tensão.

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 1.554.691, dentre os quais destacam-se: R\$ 245.938 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 844.670; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 734.969; sendo estes valores parcialmente compensados por meio da componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 642.190.

Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até março de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estão favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras	5.1		
CDB (Aplicações diretas)		804	757
Operações compromissadas		477.528	665.715
		478.332	666.472
Numerário			
Numerário disponível		169.486	176.295
Numerário em trânsito	5.2	381.889	171.865
		551.375	348.160
Total		1.029.707	1.014.632

5.1 Representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No trimestre findo em 31 de março de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 98,62% e 95,15% do CDI, respectivamente (98,74% e 80,06% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

5.2 Representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos não exclusivos	6.2	4.364	-
		4.364	-
Fundos de investimentos exclusivos	6.3		
Operações compromissadas		58	-
Títulos públicos		28	-
CDB-DI		7	6.394
LF – Letra Financeira		5	-
		98	6.394
Total		4.462	6.394

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- 6.1** O saldo refere-se à investimentos restritos representados por certificados de depósito bancário bloqueados sem possibilidade de resgate.
- 6.2** Fundos de investimento não exclusivo, são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.
- 6.3** O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,01% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de março de 2025 (0,05% em 31 de dezembro de 2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Contas a receber de clientes

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.03.2025
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	482.080	445.604	67.399	195.684	310.054	1.673.335	3.174.156	(1.676.689)	1.497.467
Industrial	43.602	18.630	1.550	2.830	6.329	101.633	174.574	(165.534)	9.040
Comercial	274.040	57.767	6.134	15.366	23.161	156.672	533.140	(122.055)	411.085
Rural	410	67	6	15	23	274	795	(260)	535
Poder público	54.552	15.412	5.924	14.308	4.753	11.382	106.331	(8.832)	97.499
Iluminação pública	2.399	3.036	1.285	4.272	671	19.766	31.429	(669)	30.760
Serviço público	21.957	149	34	6	278	527	22.951	(388)	22.563
Fornecimento faturado	879.040	540.665	82.332	232.481	345.269	1.963.589	4.043.376	(1.974.427)	2.068.949
Receita não faturada	1.282.439	-	-	-	-	-	1.282.439	(505)	1.281.934
Parcelamento de débitos	279.577	42.706	18.705	40.505	78.754	544.055	1.004.302	(541.353)	462.949
Serviços cobráveis	1.658	692	124	376	11	13	2.874	(370)	2.504
Encargos de uso da rede	946	-	-	707	-	113	1.766	-	1.766
Participação financeira - consumidor	7.469	21.502	17	431	113	406	29.938	-	29.938
Ressarcimento - leilões de energia	24.771	-	-	-	-	-	24.771	-	24.771
Total	2.475.900	605.565	101.178	274.500	424.147	2.508.176	6.389.466	(2.516.655)	3.872.811

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2024
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	326.584	486.604	89.483	182.012	297.692	1.642.841	3.025.216	(1.638.695)	1.386.521
Industrial	38.324	17.769	856	2.966	6.852	71.765	138.532	(134.618)	3.914
Comercial	225.573	66.458	6.347	12.660	29.128	148.169	488.335	(117.851)	370.484
Rural	242	99	5	11	30	271	658	(250)	408
Poder público	51.935	16.089	3.787	3.079	5.929	8.278	89.097	(6.628)	82.469
Iluminação pública	2.429	5.424	1.023	443	976	8.249	18.544	(759)	17.785
Serviço público	30.892	1.562	11	271	128	467	33.331	(384)	32.947
Fornecimento faturado	675.979	594.005	101.512	201.442	340.735	1.880.040	3.793.713	(1.899.185)	1.894.528
Receita não faturada	1.340.712	-	-	-	-	-	1.340.712	(618)	1.340.094
Parcelamento de débitos	281.193	48.811	16.009	42.629	74.055	530.415	993.112	(527.901)	465.211
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	11.324	11.324	(121)	11.203
Serviços cobráveis	1.591	876	224	413	10	12	3.126	(408)	2.718
Encargos de uso da rede	1.644	-	-	-	-	113	1.757	-	1.757
Participação financeira - consumidor	4.087	10.081	-	156	61	1.248	15.633	-	15.633
Ressarcimento - leilões de energia	27.826	-	-	-	-	-	27.826	-	27.826
Total	2.333.032	653.773	117.745	244.640	414.861	2.423.152	6.187.203	(2.428.233)	3.758.970

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.272.352)	(32.032)	(2.304.384)
Provisões	(137.800)	(7.377)	(145.177)
Perda	69.811	127	69.938
Saldo em 31 de março de 2024	(2.340.341)	(39.282)	(2.379.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.428.233)	(33.712)	(2.461.945)
Provisões	(170.467)	8.139	(162.328)
Perda	82.045	498	82.543
Saldo em 31 de março de 2025	(2.516.655)	(25.075)	(2.541.730)

A Companhia mantém a adoção de medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas através de entrada de 10% mais 7 parcelas.

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda esperada em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos são mensurados e aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) propor aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2025	31.03.2024
Provisões	(162.328)	(145.177)
Receita com recuperação de perdas	692	659
Total	(161.636)	(144.518)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Baixa renda - subsídio CDE		30.364	55.956
Previsão ajuste CDE - ciclo corrente	8.1	111.398	151.504
Bônus - redução voluntária de consumo		2.339	2.339
Total		144.101	209.799

8.1 Em março de 2025, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) e baixa renda para a instituição financeira na data da transação.

9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 31 de março de 2025, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>			
Imposto de renda	9.1	185.963	52.662
Contribuição social		31.107	25.068
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		120.844	114.393
		337.914	192.123
Total		337.914	192.123

9.1 Sobre o saldo de R\$ 185.963, está contemplado o montante de R\$ 117.809 referente de saldo negativo relacionado a reapuração do ano de 2021, 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2022 e do ano de 2023. O referido montante está relacionado com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 20, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de indébitos tributários (Tema 962). Quanto ao tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL, relacionados ao mesmo tema, a Companhia segue discutindo judicialmente, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31.03.2025

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

	Nota	31.03.2025		31.12.2024	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		189.124	103.175	179.702	99.527
Pis e Cofins		53.725	-	51.556	-
Pis e Cofins (ICMS)	9.2	292.374	2.413.007	292.374	2.436.364
INSS		137	-	137	-
ICMS - Compra de créditos		-	-	74.085	-
Total		535.360	2.516.182	597.854	2.535.891

9.2 Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (nota explicativa nº. 18).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA											
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(9.158)	24.953	4.907	-	(307)	20.395	(4.945)	25.340	14.061	6.334
Transporte de energia pela rede básica		39.889	(16.094)	(28.185)	-	5.602	1.212	28.327	(27.115)	7.992	(6.780)
Transporte de energia - Itaipu		50.631	(14.273)	(28.674)	-	5.404	13.088	33.001	(19.913)	13.088	-
Energia Itaipu - custo/variação cambial		14.529	(12.052)	-	-	203	2.680	-	2.680	2.010	670
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	10.1	131.220	(52.006)	(41.434)	-	9.129	46.909	47.158	(249)	46.972	(63)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.2	(119.295)	128.503	(27.010)	-	4.960	(12.842)	27.421	(40.263)	(2.775)	(10.067)
Custos de aquisição de energia	10.3	(10.637)	(407.418)	183.850	(172.216)	(29.641)	(436.062)	(209.067)	(226.995)	(386.414)	(49.648)
		97.179	(348.387)	63.454	(172.216)	(4.650)	(364.620)	(78.105)	(286.515)	(305.066)	(59.554)
Demais passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da parcela A		(62.988)	(49.527)	55.734	-	(1.115)	(57.896)	(55.734)	(2.162)	(57.356)	(540)
Sobrecontratação de energia	10.4	89.610	324.910	19.331	(5.006)	(720)	428.125	(19.331)	447.456	316.258	111.867
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(407.872)	(25.430)	21.606	-	(6.223)	(417.919)	(194.458)	(223.461)	(86.425)	(331.494)
Risco hidrológico		(718.855)	(154.289)	211.167	-	(9.535)	(671.512)	(211.167)	(460.345)	(556.426)	(115.086)
Outros		(314.405)	(19.930)	59.395	-	(3.390)	(278.330)	(71.987)	(206.343)	(230.590)	(47.740)
		(1.414.510)	75.734	367.233	(5.006)	(20.983)	(997.532)	(552.677)	(444.855)	(614.539)	(382.993)
Total		(1.317.331)	(272.653)	430.687	(177.222)	(25.633)	(1.362.152)	(630.782)	(731.370)	(919.605)	(442.547)

10.1 – Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR: O aumento da constituição passiva de Encargos de serviços do sistema está relacionado a redução de custos em virtude da provisão de alívio retroativo registrado no primeiro trimestre de 2025.

10.2 – Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: O aumento da constituição ativa de CDE está relacionado a reclassificação dos montantes de CDE Escassez hídrica para a rubrica de outros ativos financeiros setoriais, bem como o aumento das cotas de CDE Energia, homologado pela resolução 3.433 de 10 de dezembro de 2024, parcialmente compensado pela redução de custos, devido a suspensão dos pagamentos de CDE Covid e Escassez, conforme Despacho nº 3.056, de 9 de outubro de 2024.

10.3 – Aquisição de Energia – (CVAenerg): O aumento da constituição passiva de compra de energia está relacionado a reclassificação dos montantes de exposição financeira para sobrecontratação, relevante devido ao aumento do PLD médio, sendo R\$ 61,09 no primeiro trimestre de 2024 em comparação a R\$ 163,27 no primeiro trimestre de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.4 – Sobrecontratação de Energia: O aumento da constituição ativa de sobrecontratação está relacionado a redução da compra de energia no mercado de curto prazo de 740.170 Mhw, precificado com um PLD médio de R\$ 61,09 no primeiro trimestre de 2024 para 530.788 MWh precificado com um PLD médio de R\$ 163,27 no primeiro trimestre de 2025, bem como a reclassificação dos montantes de exposição financeira de compra de energia para sobrecontratação, conforme item 10.1, no montante de R\$ 295.998.

	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
<u>Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA</u>										
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	(24.169)	(7.920)	12.140	-	(691)	(20.640)	(11.795)	(8.845)	(18.430)	(2.210)
Transporte de energia pela rede básica	171.685	13.171	(52.580)	-	4.079	136.355	50.507	85.848	114.893	21.462
Transporte de energia - Itaipu	76.129	26.216	(7.600)	-	1.929	96.674	7.072	89.602	74.274	22.400
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(44.169)	(82.655)	-	-	(873)	(127.697)	-	(127.697)	(95.774)	(31.923)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	544	50.673	60.461	(11.989)	379	100.068	(56.151)	156.219	61.014	39.054
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.216)	64.364	495	-	405	47.048	(421)	47.469	35.177	11.871
Custos de aquisição de energia	(641.341)	(149.650)	137.602	113	(13.797)	(667.073)	(126.620)	(540.453)	(539.058)	(128.015)
	(479.537)	(85.801)	150.518	(11.876)	(8.569)	(435.265)	(137.408)	(297.857)	(367.904)	(67.361)
<u>Demais passivos financeiros setoriais</u>										
Neutralidade da parcela A	(57.984)	(64.689)	15.272	-	(2.747)	(110.148)	(15.272)	(94.876)	(86.430)	(23.718)
Sobrecontratação de energia	264.593	(137.660)	(41.832)	(10.982)	1.084	75.203	41.832	33.371	66.860	8.343
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(387.114)	(27.766)	21.606	-	(2.695)	(395.969)	(280.884)	(115.085)	(86.425)	(309.544)
Risco hidrológico	(748.535)	(203.596)	172.960	-	(12.850)	(792.021)	(172.960)	(619.061)	(637.255)	(154.766)
Outros	33.544	(13.065)	(20.698)	1.010	(55.189)	(54.398)	12.200	(66.598)	(41.365)	(13.033)
	(895.496)	(446.776)	147.308	(9.972)	(72.397)	(1.277.333)	(415.084)	(862.249)	(784.615)	(492.718)
Total	(1.375.033)	(532.577)	297.826	(21.848)	(80.966)	(1.712.598)	(552.492)	(1.160.106)	(1.152.519)	(560.079)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

11. Benefício fiscal

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	31.03.2025	31.12.2024
Ágio da incorporação	2.448.936	2.460.763
Amortização acumulada	(200.894)	(194.806)
Provisão sobre o ágio	(543.594)	(543.594)
Total	1.704.448	1.722.363

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A movimentação do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Elpa</u>				
Saldo oriundo da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(369.865)	244.108	(125.757)	(121.946)
	145.705	(96.167)	49.538	53.349
<u>Brasileira Participações</u>				
Saldo oriundo da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(220.999)	145.860	(75.139)	(72.862)
	87.059	(57.459)	29.600	31.877
<u>Enel Sudeste</u>				
Saldo oriundo da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(743.694)	487.445	(256.249)	(244.422)
	5.406.623	(3.781.313)	1.625.310	1.637.137
Total	5.639.387	(3.934.939)	1.704.448	1.722.363

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

12. Contrato de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. O último Reajuste Tarifário ocorreu em 2 de julho de 2024 (nota explicativa 4.1).

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.133.950	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	9.711.428	9.324.702
Intangível	12.3	3.435.158	3.549.958

Total		15.280.536	14.931.017
--------------	--	-------------------	-------------------

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 0,97% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2025 (1,05% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2024), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A composição do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais	31.03.2025	31.12.2024
<u>Em curso</u>				
Direito de uso da concessão	2.185.737	(51.787)	2.133.950	2.056.357
Total	2.185.737	(51.787)	2.133.950	2.056.357

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.379.455	(26.904)	1.352.551
Adições		361.427	(7.957)	353.470
Capitalização de juros de empréstimos		655	-	655
Transferências para o ativo intangível	12.3	(81.565)	(1.074)	(82.639)
Transferências para o ativo financeiro	12.2	(59.953)	(4.927)	(64.880)
Saldo em 31 de março de 2024		1.600.019	(40.862)	1.559.157
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.108.389	(52.032)	2.056.357
Adições		509.476	(39.487)	469.989
Capitalização de juros de empréstimos		3.591	-	3.591
Transferências para o ativo intangível	12.3	(188.577)	5.386	(183.191)
Transferências para o ativo financeiro	12.2	(247.142)	34.346	(212.796)
Saldo em 31 de março de 2025		2.185.737	(51.787)	2.133.950

12.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), estabelecido e homologado pelo órgão regulador (“ANEEL”) no processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 31 de março de 2025 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	31.03.2025	31.03.2024
Saldo inicial		9.324.702	8.317.479
Baixas		(8.769)	(1.949)
Transferências do ativo contratual	12.1	212.796	64.880
Atualização financeira	23	182.699	129.171
Saldo final		9.711.428	8.509.581

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.3 Intangível da concessão**

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço			31.03.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	10.669.936	(7.006.676)	(364.600)	3.298.660	3.417.203
Software	543.387	(424.157)	-	119.230	115.173
Bens de renda	20.094	(2.826)	-	17.268	17.582
Total	11.233.417	(7.433.659)	(364.600)	3.435.158	3.549.958

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Custo	Em serviço		Total
			Amortização acumulada	Obrigações especiais	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		10.589.895	(5.637.154)	(1.103.336)	3.849.405
Adições		3.963	(253.283)	-	(249.320)
Baixas		(7.616)	5.592	-	(2.024)
Transferências do ativo contratual	12.1	81.565	-	1.074	82.639
Amortizações de obrigação especial		-	21.410	-	21.410
Saldo em 31 de março de 2024		10.667.807	(5.863.435)	(1.102.262)	3.702.110
Saldo em 31 de dezembro de 2024		11.124.402	(7.215.230)	(359.214)	3.549.958
Adições		8.563	(315.656)	-	(307.093)
Baixas		(88.125)	73.555	-	(14.570)
Transferências do ativo contratual	12.1	188.577	-	(5.386)	183.191
Amortizações de obrigação especial		-	23.672	-	23.672
Saldo em 31 de março de 2025		11.233.417	(7.433.659)	(364.600)	3.435.158

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Software	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

13. Imobilizado

O imobilizado da Companhia refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2024	Adições	Depreciação	31.03.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	20.094	-	-	20.094
	20.094	-	-	20.094
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(2.512)	-	(314)	(2.826)
	(2.512)	-	(314)	(2.826)
		-	-	
Total do imobilizado	17.582	-	(314)	17.268
<u>Ativo de direito de uso</u>				
Imóveis	83.121	-	(3.970)	79.151
Veículos	79.670	19.704	(11.412)	87.962
	162.791	19.704	(15.382)	167.113
Total	180.373	19.704	(15.696)	184.381
	31.12.2023	Depreciação		31.03.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	20.094	-		20.094
	20.094	-		20.094
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(1.256)		(314)	(1.570)
	(1.256)		(314)	(1.570)
Total do imobilizado	18.838		(314)	18.524
<u>Ativo de direito de uso</u>				
Imóveis	80.038		(4.535)	75.503
Veículos	96.421		(8.397)	88.024
	176.459		(12.932)	163.527
Total	195.297		(13.246)	182.051

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

A taxa de depreciação que reflete a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Máquinas e equipamentos	6,25%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 31 de março de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Imóveis	1,92
Veículos	2,58

14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 25.

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Compra de energia		1.133.408	1.249.965
Compra de energia - partes relacionadas	27	9.716	8.748
Encargo de uso da rede		179.021	303.009
		1.322.145	1.561.722
Materiais e serviços		1.054.844	1.328.095
Materiais e serviços - partes relacionadas	27	572.653	519.109
		1.627.497	1.847.204
Total		2.949.642	3.408.926

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de março de 2025, o montante destas operações é de R\$ 125.422 (R\$ 212.634 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

15. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº22. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.03.2025	31.12.2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.624	17.624
Programa de Eficiência Energética - PEE	313.225	293.498
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	244.455	234.068
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT	6.279	6.782
Ministério de Minas e Energia - MME	3.625	3.876
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.327	2.327
Outros	62	62
Total	587.597	558.237
Circulante	470.405	445.746
Não circulante	117.192	112.491

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado, utilizando a taxa efetiva de cada captação.

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	Circulante					Não circulante					31.03.2025 Total circulante + não circulante	Circulante					Não circulante					31.12.2024 Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional - partes relacionadas																							
	27	-	-	-	-	-	202.278	31.466	-	-	233.744	233.744	-	-	-	-	202.278	24.282	-	-	226.560	226.560	
Mútuo ELP - Enel BR V		-	-	-	-	-	202.278	31.466	-	-	233.744	233.744	-	-	-	-	202.278	24.282	-	-	226.560	226.560	
Mútuo ELP - Enel BR VI		-	-	-	-	-	30.227	4.634	-	-	34.861	34.861	-	-	-	-	30.226	3.562	-	-	33.788	33.788	
Mútuo ELP - Enel BR VII		-	-	-	-	-	25.189	3.571	-	-	28.760	28.760	25.189	2.671	-	-	27.860	-	-	-	-	27.860	
Mútuo ELP - Enel BR VIII		-	-	-	-	-	216.631	30.258	-	-	246.889	246.889	216.631	22.531	-	-	239.162	-	-	-	-	239.162	
Mútuo ELP - Enel BR IX		-	-	-	-	-	105.797	13.786	-	-	119.583	119.583	105.797	10.044	-	-	115.841	-	-	-	-	115.841	
Mútuo ELP - Enel BR X		302.276	31.420	-	-	333.696	-	-	-	-	333.696	302.276	20.622	-	-	322.898	-	-	-	-	-	322.898	
Mútuo ELP - Enel BR XI		201.509	18.756	-	-	220.265	-	-	-	-	220.265	201.509	11.628	-	-	213.137	-	-	-	-	-	213.137	
Mútuo ELP - Enel BR XII		1.008	57	-	-	1.065	-	-	-	-	1.065	1.008	25	-	-	1.033	-	-	-	-	-	1.033	
Mútuo ELP - Enel BR XIII		201.518	11.383	-	-	212.901	-	-	-	-	212.901	201.518	4.859	-	-	206.377	-	-	-	-	-	206.377	
Mútuo ELP - Enel BR XIV		40.302	1.985	-	-	42.287	-	-	-	-	42.287	40.302	689	-	-	40.991	-	-	-	-	-	40.991	
Mútuo ELP - Enel BR XV		20.153	777	-	-	20.930	-	-	-	-	20.930	20.153	135	-	-	20.288	-	-	-	-	-	20.288	
		766.766	64.378	-	-	831.144	580.122	83.715	-	-	663.837	1.494.981	1.114.383	73.204	-	1.187.587	232.504	27.844	-	-	260.348	1.447.935	
Moeda estrangeira																							
Scotiabank 4131 II		227.376	1.936	-	-	229.312	-	-	-	-	229.312	244.187	672	-	-	244.859	-	-	-	-	-	244.859	
Scotiabank 4131 III		-	743	-	-	743	321.077	-	-	-	321.077	-	3.144	-	-	3.144	344.815	-	-	-	-	344.815	
Scotiabank 4131 IV		444.393	613	-	-	445.006	-	-	-	-	445.006	477.248	3.543	-	-	480.791	-	-	-	-	-	480.791	
European Investment Bank I		11.532	454	-	-	11.986	138.384	-	(10.792)	-	127.592	139.578	12.385	2.003	-	14.388	148.615	-	(15.631)	-	-	132.984	
European Investment Bank II		46.128	1.744	-	(29)	47.843	553.536	-	(47.948)	(330)	505.258	553.101	49.538	7.685	(29)	57.194	594.461	-	(67.732)	(337)	-	526.392	
European Investment Bank III		-	1.607	-	-	1.607	80.724	-	(2.843)	-	77.881	79.488	-	749	-	749	86.692	-	(5.355)	-	-	82.086	
European Investment Bank IV		-	6.284	-	-	6.284	322.896	-	(13.742)	-	309.154	315.438	-	2.953	-	2.953	346.789	-	(23.984)	-	-	322.785	
European Investment Bank V		-	2.125	-	-	2.125	103.788	-	1.883	-	105.671	107.796	-	783	-	783	111.461	-	(1.145)	-	-	110.316	
European Investment Bank VI		-	8.345	-	-	8.345	415.152	-	4.923	-	420.075	428.420	-	3.074	-	3.074	445.846	-	(7.392)	-	-	438.454	
BNP 4131 V - ELETROPAULO		1.404.462	4.634	(6.232)	-	1.402.864	-	-	-	-	1.402.864	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		2.133.891	28.485	(6.232)	(29)	2.156.115	1.935.557	-	(68.519)	(330)	1.866.708	4.022.823	783.358	24.606	(29)	807.935	2.078.659	-	(121.239)	(337)	1.957.083	2.765.018	
Moeda estrangeira - partes relacionadas																							
EFI - Credit Agreement III		499.384	5.068	(2.491)	-	501.961	-	-	-	-	501.961	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		499.384	5.068	(2.491)	-	501.961	-	-	-	-	501.961	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total		3.400.041	97.931	(8.723)	(29)	3.489.220	2.515.679	83.715	(68.519)	(330)	2.530.545	6.019.765	1.897.741	97.810	(29)	1.995.522	2.311.163	27.844	(121.239)	(337)	2.217.431	4.212.953	

16.1.1 Os contratos *European Investment Bank (BEI)*, *BNP 4131 V* e *EFI – Credit Agreement III* são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: As dívidas relacionadas aos contratos com *European Investment Bank (BEI)* contam com a garantia da Enel SpA com taxas que variam de 0,50% a 0,54% a.a.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
EFI - Credit Agreement III	506.800	06/01/25	20/10/25	4,3494%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
BNP 4131 V - ELETROPAULO	1.350.000	28/02/25	30/05/25	3,832%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Enel Brasil

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados no trimestre findo em 31 de março de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 V - ELETROPAULO	300.000	10/03/2025	28/03/2025	6,025%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2025:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 II – ELETROPAULO	209.000	17/05/21	20/05/25	2,31%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A
Scotiabank 4131 III – ELETROPAULO	300.000	27/08/21	27/08/26	2,61%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A
Scotiabank 4131 IV	400.000	09/09/21	09/09/25	2,37%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A
BEI 4131 ITAU 26 MUSD	134.654	01/09/22	01/09/37	3,76%	Semestral a partir de setembro 2025	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 ITAU 104 MUSD	538.616	01/09/22	01/09/37	3,61%	Semestral a partir de setembro 2025	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 14 MUSD	68.740	20/04/23	20/04/38	4,51%	Semestral a partir de setembro 2026	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 56 MUSD	274.960	20/04/23	20/04/38	4,38%	Semestral a partir de setembro 2026	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
Mútuo ELP - Enel BR V	202.278	04/01/24	03/01/28	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VI	30.226	10/01/24	09/01/28	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VII*	25.189	06/02/24	05/02/28	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VIII*	216.631	14/02/24	13/02/28	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR IX*	105.797	11/03/24	10/03/28	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR X*	302.276	10/06/24	10/06/25	CDI + 1,45%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XI*	201.509	10/07/24	08/04/25	CDI + 1,45%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XII*	1.008	11/10/24	13/04/25	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIII*	201.518	14/10/24	13/04/25	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIV*	40.302	05/11/24	05/05/25	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XV*	20.153	10/12/24	10/06/25	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
BEI 4131 18 MUSD	92.070	13/05/24	13/05/39	5,38%	Semestral	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 72 MUSD	368.280	13/05/24	13/05/39	5,282%	Semestral	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA

* As operações de mútuo com Enel Brasil que tinham vencimento até 31 de março de 2025 foram prorrogadas de acordo com os termos de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado.

(d) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o trimestre findo em 31 de março de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 V - ELETROPAULO	300.000	10/03/2025	28/03/2025	6,025%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:**

	31.03.2025	%	31.12.2024	%
Moeda nacional				
CDI	1.494.981	24,83%	1.447.935	34,37%
Moeda estrangeira				
Dólar	2.619.959	43,52%	2.765.018	65,63%
Euro	1.904.825	31,65%		
Total	6.019.765	100,00%	4.212.953	100,00%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais, vide nota explicativa nº 28.1.1.

16.4 Em 31 de março de 2025, as parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	409.784	128.626	792.462	128.626	1.071.375	2.530.873
Custo a amortizar	(21)	(28)	(28)	(29)	(222)	(328)
Total	409.763	128.598	792.434	128.597	1.071.153	2.530.545

16.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	31.03.2025
CDI	(a)	14,15%
USD	(a)	5,74

(a) Índice do último dia do período.

16.6 A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	292.494	-	825.296	1.757.085	2.874.875
Captações	580.121	-	-	-	580.121
Encargos provisionados	18.822	-	15.973	-	34.795
Encargos pagos	(1.943)	-	(22.064)	-	(24.007)
Variação cambial e monetária	-	-	77.885	-	77.885
Transferências	(32.715)	-	-	32.715	-
Pagamentos / amortizações	(222.697)	-	-	-	(222.697)
Amortização custos de transação	738	-	7	-	745
Marcação a mercado - dívida	-	-	(19.662)	-	(19.662)
Outras movimentações	58	-	-	-	58
Saldo em 31 de março de 2024	634.878	-	877.435	1.789.800	3.302.113

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.187.587	260.348	807.935	1.957.083	4.212.953
Captações	-	-	2.156.800	-	2.156.800
Encargos provisionados	26.422	20.624	34.959	-	82.005
Encargos pagos	-	-	(24.332)	-	(24.332)
Variação cambial e monetária	-	-	(7.384)	(148.786)	(156.170)
Transferências	(382.865)	382.865	(14.406)	14.406	-
Pagamentos / amortizações	-	-	(295.496)	-	(295.496)
Amortização custos de transação	-	-	-	7	7
Marcação a mercado - dívida	-	-	-	43.998	43.998
Saldo em 31 de março de 2025	831.144	663.837	2.658.076	1.866.708	6.019.765

16.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
SCOTIABANK 4131 II	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
SCOTIABANK 4131 III	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
SCOTIABANK 4131 IV	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
SCOTIABANK 4131 V	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (EBITDA) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (EBITDA) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado – (nota explicativa nº 25.1.1).

17.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	Circulante				Não circulante				31.03.2025 Total circulante + não circulante	Circulante				Não circulante				31.12.2024 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	350.000	16.054	(158)	365.896	-	-	-	-	365.896	350.000	4.760	(471)	354.289	-	-	-	354.289	
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	-	15.743	-	15.743	1.112.369	(43.038)	(4.222)	1.065.109	1.080.852	-	4.929	-	4.929	1.085.933	(5.100)	1.015.630	1.020.559	
Debêntures - 25ª Emissão	-	17.343	-	17.343	918.492	(72.543)	(17.158)	828.791	846.134	-	7.752	-	7.752	896.664	(17.864)	786.222	793.974	
Debêntures - 26ª Emissão	-	36.719	-	36.719	575.000	-	(489)	574.511	611.230	-	16.656	-	16.656	575.000	(523)	574.477	591.133	
Debêntures - 27ª Emissão	-	24.540	-	24.540	906.411	(8.307)	(19.336)	878.768	903.308	-	10.993	-	10.993	888.713	(20.019)	845.388	856.381	
Total	350.000	110.399	(158)	460.241	3.512.272	(123.888)	(41.205)	3.347.179	3.807.420	350.000	45.090	(471)	394.619	3.446.310	(43.506)	3.221.717	3.616.336	

17.1.1 Os contratos relacionados à 24ª emissão 2ª série, 25ª emissão e 27ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 27.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

17.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

(a) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
24ª Emissão (1ª Série) não conversível	700.000	28/06/2019	15/05/2025	0,8	Nos vencimentos	Semestral	700.000	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
24ª Emissão (2ª Série) não conversível	800.000	28/06/2019	15/05/2026	4,0134	Nos vencimentos	Semestral	800.000	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
25ª Emissão não conversível	800.000	30/04/2021	15/04/2031	4,26	Nos vencimentos	Semestral	800.000	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
26ª Emissão não conversível	575.000	04/10/2021	04/10/2028	1,64	Nos vencimentos	Anual	575.000	Reforço de capital de giro
27ª Emissão não conversível	800.000	12/05/2022	15/04/2032	6,1385	Nos vencimentos	Semestral	800.000	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

17.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2025	%	31.12.2024	%
CDI	977.126	25,66%	945.422	26,14%
IPCA	2.830.294	74,34%	2.670.914	73,86%
Total	3.807.420	100,00%	3.616.336	100,00%

17.4 Em 31 de março de 2025, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Debêntures	1.112.369	287.500	244.463	306.133	1.437.920	3.388.385
Custo a amortizar	(9.273)	(6.735)	(6.703)	(6.545)	(11.950)	(41.206)
Total	1.103.096	280.765	237.760	299.588	1.425.970	3.347.179

17.5 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	31.03.2025
CDI	(a)	14,15%
IPCA	(a)	5,06%

(a) Índice do último dia do período.

17.6 A movimentação das debêntures é como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	398.558	3.753.738	4.152.296
Encargos provisionados	70.168	-	70.168
Atualização monetária	53.284	-	53.284
Transferências	11.371	(11.371)	-
Marcação a mercado dívida	(67.187)	-	(67.187)
Amortização custo de transação	2.817	-	2.817
Saldo em 31 de março de 2024	469.011	3.742.367	4.211.378
Saldo em 31 de dezembro de 2024	394.619	3.221.717	3.616.336
Encargos provisionados	65.310	-	65.310
Atualização monetária	-	65.963	65.963
Transferências	(2.300)	2.300	-
Marcação a mercado dívida	-	57.199	57.199
Amortização custo de transação	2.612	-	2.612
Saldo em 31 de março de 2025	460.241	3.347.179	3.807.420

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de
			apuração dos índices
24ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
25ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
26ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
27ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A companhia possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Em outubro de 2023 foi proferida decisão monocrática que julgou procedente a ação, ao argumento de que a Companhia teria impetrado o mandado de segurança após o marco da modulação temporal dos efeitos definido pelo STF, relativamente ao período anterior a 15 de março de 2017.

Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração em virtude das omissões contidas na decisão recorrida, especialmente no que se refere ao fato de que a Companhia já possuía coisa julgada anterior em seu favor formada no primeiro processo. Em abril de 2024 foi proferida decisão que determinou o sobrestamento do processo até o julgamento do Tema nº 1.245 pelo Supremo Tribunal Federal. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 12 de dezembro de 2023, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no primeiro processo sem limitação de tempo. Em junho de 2024 foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação. A Fazenda apresentou apelação, a qual, em abril de 2025, foi negado provimento.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida medida provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, Portaria Normativa MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 31 de março de 2025, o total compensado pela Companhia foi de R\$ 5.425.642 (R\$ 5.352.548 até 31 de dezembro de 2024).

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022, 2023 e 2024 já contemplaram a devolução parcial de tais valores.

Até 31 de março de 2025, o total já devolvido aos consumidores foi de R\$ 5.313.580 (R\$ 5.133.400 no em 31 de dezembro de 2024).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.03.2025	31.12.2024
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	292.374	292.374
Ativo não circulante	2.413.007	2.436.364
Total do ativo	2.705.381	2.728.738
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	802.091	805.454
Passivo não circulante	1.984.511	2.111.591
Total do passivo	2.786.602	2.917.045
<u>Receita financeira</u>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	49.737	209.721
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(49.737)	(209.721)
Impacto líquido	-	-

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.566.214	3.980.435
Atualização	59.279	59.279
Compensação	(241.090)	-
Devolução aos consumidores	-	(458.427)
Saldo em 31 de março de 2024	3.384.403	3.581.287
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.728.738	2.917.045
Adições	49.737	49.737
Compensação	(73.094)	-
Devolução aos consumidores	-	(180.180)
Saldo em 31 de março de 2025	2.705.381	2.786.602

19. Obrigações com benefícios pós-emprego

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.03.2025	31.12.2024
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	2.771.400	4.288.837
	2.771.400	4.288.837
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	116.952	112.615
	116.952	112.615
Total	2.888.352	4.401.452
Circulante	5.892	5.892
Não circulante	2.882.460	4.395.560

19.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando as contribuições e os pagamentos de benefícios serão suspensos. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. Em 27 de dezembro de 2023 a PREVIC indeferiu o processo de retirada do patrocínio da Companhia. Em 5 de janeiro de 2024 foi interposto recurso administrativo contra a decisão de indeferimento que aguarda julgamento pela Diretoria Colegiada da PREVIC que foi negado pela Diretoria Colegiada da PREVIC em 26 de março de 2024. Vale ressaltar que as respectivas ações não trouxeram impacto material nas informações financeiras intermediárias da Companhia de 31 de março de 2025.

19.1.1 Contratos com a Vivest

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.03.2025	31.12.2024
Classificação da dívida IIa	461.815	472.198
Classificação da dívida IIb	38.227	37.004
Contrato de justes de reserva matemática	2.710.884	3.609.843
Total dos contratos	3.210.926	4.119.045
Diferenças entre premissas	(439.526)	169.792
Total registrado	2.771.400	4.288.837

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**19.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)**

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente, e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**19.3 Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

	Nota	31.03.2025	31.03.2024
Saldo inicial		4.401.452	6.636.084
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		1.062	1.658
Juros líquidos conforme laudo atuarial		130.796	151.965
Pagamento de contribuições		(191.958)	(243.802)
Pagamento extraordinário de contribuições	19.3.1	(1.453.000)	(345.000)
Saldo final		2.888.352	6.200.905

19.3.1 Em março de 2025, a Companhia decidiu amortizar parte do saldo devedor do contrato de ajuste das reservas matemáticas, e efetuou pagamento de amortização extraordinária no montante de R\$ 1.453.000. Os pagamentos das parcelas mensais do contrato de ajuste das reservas matemáticas e de confissão de dívida, efetuados no primeiro trimestre de 2025, não foram impactados por essa amortização extraordinária, e ocorreram na data do vencimento. Importante destacar que a referida amortização extraordinária não ocasionou mudanças nas premissas atuariais utilizadas para emissão do laudo atuarial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

19.4 Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres:

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Capitalização para infraestrutura em construção	286	260
Outras contribuições - contribuição definida	(1.572)	(2.015)
Despesas com entidade de previdência privada	(1.286)	(1.755)
Custo do serviço corrente bruto conforme laudo atuarial - FGTS	(1.062)	(1.658)
Custo do serviço corrente líquido	(1.062)	(1.658)
Juros sobre a obrigação atuarial	(406.043)	(344.755)
Rendimento esperado dos ativos no ano	275.247	192.790
Juros líquidos sobre o passivo	(130.796)	(151.965)
Total reconhecido no resultado	(133.144)	(155.378)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20. Provisão para processos judiciais e outros riscos**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

20.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	Depósitos vinculados		
							31.03.2025	31.03.2025	31.12.2024
Trabalhistas	20.1.1	321.433	16.837	(2.416)	9.452	(19.670)	325.636	86.453	88.896
Cíveis	20.1.2	408.402	14.246	(7.369)	10.196	(15.353)	410.122	14.944	14.741
Fiscais	20.1.4	24.921	4.334	(10)	(155)	(4.209)	24.881	860	198
Ambientais	20.1.5	5.942	429	-	106	(429)	6.048	-	-
Regulatório	20.1.3	161.367	-	-	2.640	-	164.007	-	-
Outras provisões	20.1.6	4.313	-	-	227	-	4.540	-	-
Total		926.378	35.846	(9.795)	22.466	(39.661)	935.234	102.257	103.835
Circulante		169.853					225.387		
Não circulante		756.525					709.847		

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Depósitos vinculados**

	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2024	31.03.2024	31.12.2023
Trabalhistas	318.884	22.021	(4.655)	28.341	(10.960)	353.631	97.990	98.128
Cíveis	336.443	20.286	(5.490)	14.700	(15.361)	350.578	14.194	13.827
Fiscais							-	-
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	258.936	5.431	-	4.839	-	269.206	-	-
Outros processos fiscais	13.616	129	-	383	(71)	14.057	819	808
Ambientais	5.673	249	-	71	(249)	5.744	-	-
Regulatório	193.274	-	-	4.691	(32.856)	165.379	-	-
Outras provisões/riscos	5.549	-	-	226	-	5.775	-	-
Total	1.132.375	48.116	(10.145)	53.521	(59.497)	1.164.370	113.002	112.763
Circulante	187.286					162.035		
Não circulante	945.089					1.002.335		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

20.1.1 Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2025, a Companhia mantém provisão para 1.715 processos (1.695 em 31 de dezembro de 2024), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20.1.2 Processos cíveis**

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20.1.3 Processos regulatórios

A Companhia possui 6 autos de infração no âmbito judicial (6 em 31 de dezembro de 2024) relacionados a supostas não conformidades.

Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de infração	Data de recebimento	Natureza	Última decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade suspensão por liminar.	27.178	11.199
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Exigibilidade suspensão por liminar.	4.581	39.537
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - desfavorável em 1ª instância	16.801	-
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade suspensão por liminar.	20.768	8.165
nº 0015/2018	Agosto de 2018	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - desfavorável em 2ª instância	22.430	64.390
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento ou Atendimento DEC e FEC 2021	Exigibilidade suspensão por liminar.	72.249	56.738
Total				164.007	180.029

O montante de R\$ 180.029 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Auto de Infração – AI nº 64/2017: Com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa. Em 14 de fevereiro de 2025, a Companhia foi intimada da sentença que julgou improcedente a Ação Anulatória ingressada por ela. Em 27 de março de 2025, a Companhia interpôs recurso de apelação em face da decisão de mérito.

20.1.4 Processos fiscais

- (a) **Outros processos fiscais:** Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

20.1.5 Processos ambientais

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- (a) **Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância para a fase de execução. A Companhia seguiu em tratativas com o Ministério Público e com o órgão ambiental municipal (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) para a implementação de um projeto ambiental de restauração ecológica nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim. Em 14 de março de 2024, a Companhia recebeu a aprovação do Ministério Público acerca do projeto ambiental como forma de cumprimento da decisão judicial de reparação pelos supostos danos ambientais. O projeto denominado “Projeto de Compensação Ambiental – ADC Guarapiranga”, descreve o compromisso de compensação ambiental em área localizada na área de proteção e recuperação ambiental do Guarapiranga, cuja execução foi iniciada em junho de 2024. A Companhia vem cumprindo as etapas do projeto e a ação judicial permanece ativa até o integral cumprimento das obrigações estabelecidas.

20.1.6 Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados. Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20.2 Contingência com risco possível**

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
<u>Trabalhistas</u>			
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		131.894	130.694
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais		5.968	33.245
Contribuição Previdenciária – SAT		60.156	58.991
Outros processos trabalhistas		468.613	447.492
		666.631	670.422
<u>Cíveis</u>			
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais		Indeterminado	Indeterminado
Ação civil pública Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC		Indeterminado	Indeterminado
Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal		Indeterminado	Indeterminado
Uso da faixa de domínio de rodovias		Indeterminado	Indeterminado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias		Indeterminado	Indeterminado
Ação de cobrança - CTEEP		295.349	289.872
Ações Indenizatórias - individuais - evento climático 2023	20.2.1 (a.1)	20.748	19.845
Ações Indenizatórias - individuais - evento climático 2024	20.2.1 (a.2)	16.940	10.111
Ações Indenizatórias - coletivas - evento climático	20.2.1 (a)	Indeterminado	Indeterminado
Outros processos cíveis		1.518.188	1.611.815
		1.851.225	1.931.643
<u>Fiscais</u>			
CSLL – base negativa		134.810	133.263
Execuções fiscais municipais – diversas		222.024	215.546
PIS – Estatuto da decadência		267.288	265.591
COFINS – anistia		176.464	175.452
COFINS – Multa de Ofício		70.786	70.786
Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos		232.914	229.749
IRPJ e CSLL - Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão		199.005	197.238
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988		744.901	738.768
FINSOCIAL	20.2.2 (a)	270.463	267.310
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)		194.365	191.860
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	20.2.2 (b)	213.858	210.310
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015		261.603	259.790
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes		2.175	2.134
Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos		320.008	314.471
Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica		58.317	57.383
IRPJ/CSLL - Goodwill Projeto Kairós	20.2.2 (c)	935.640	916.493
Autos Multa isolada PIS/COFINS ICMS ST		5.060	4.948
IRPJ e CSLL Saldo Negativo	20.2.2 (d)	432.666	-
Outros processos fiscais		44.344	43.554
		4.786.691	4.294.646

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Regulatórias**

Devolução tarifária - Base Blindada		1.414.823	1.400.937
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)		226.880	223.984
Autos de Infração - Indicadores de continuidade		131.036	129.168
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)		111.885	110.491
Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos	20.2.3 (a)	191.889	187.031
Auto de Infração nº 12/2022 - DEC e FEC	20.2.3 (b)	56.738	55.920
Energia livre – Despacho 2.517/2010	20.2.3 (c)	107.838	-
Outros processos regulatórios		25.851	25.617
		2.266.940	2.133.148
Total		9.571.487	9.029.859

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto à atualização de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

20.2.1 Processos cíveis**(a) Ações indenizatórias – eventos climáticos:**

(a.1) Em decorrência dos eventos climáticos do dia 03 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 31 de março de 2025, 520 ações individuais e 7 ações coletivas propostas por representantes Municipais, Sindicais, Partido Político, Ministério Público e Defensoria Pública, nas quais são pleiteadas liminares para providências de atendimento da Companhia e fornecimento de informações e/ou documentos e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, em 31 de março de 2025, o valor total pedido nas 520 ações individuais, é de R\$ 20.748. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

(a.2) Em decorrência do evento climático de 11 de outubro de 2024 a Companhia foi citada em 873 ações individuais e 9 ações coletivas em 31 de março de 2025, nas quais os autores são promotores de justiça, representantes do município, associações, partidos políticos, o Governo Federal, o Estado de São Paulo e um cidadão, sendo pleiteadas liminares para medidas relacionadas à qualidade do serviço de fornecimento de energia prestado pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (Companhia), determinando a disponibilização de informações e/ou documentos, e solicitando intervenção no Contrato de Concessão. Quanto ao mérito, os autores solicitaram que as liminares fossem mantidas, que fosse determinada a condenação da Companhia ao pagamento de valores por danos morais e materiais individuais e coletivos, a serem apurados no momento processual adequado, que fosse declarada a caducidade do contrato de concessão e/ou aplicadas penalidades à Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A. Assim, em 31 de março de 2025, o total pedido nas 873 ações individuais, é de R\$ 16.940. Quanto às ações coletivas, para ambos os eventos, ainda não é possível estimar os valores das causas pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



20.2.2 Processos fiscais

- (a) **FINSOCIAL:** Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a Companhia em maio de 2013 apresentou recurso voluntário, o qual, em 19 de setembro de 2024, foi julgado parcialmente procedente. A Companhia apresentou embargos de declaração que aguardam julgamento.
- (b) **Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. No primeiro trimestre de 2025, um processo administrativo se encerrou de forma parcialmente desfavorável e a Companhia seguirá discutindo o remanescente no judiciário. O valor envolvido nesse caso é de R\$ 12.523.
- (c) **Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill:** A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário. Em 13 de março de 2024 foi proferida decisão no sentido de determinar que o processo retorne à 1ª instância administrativa para um novo julgamento. Em março de 2025 foi proferida decisão julgando parcialmente procedente a Impugnação da Companhia para reduzir o percentual da multa de ofício qualificada de 150% para 100%. Interposto recurso de ofício e a Companhia interporá recurso voluntário. O valor total envolvido nesses casos em 31 de março de 2025 é de R\$ 432.666.
- (d) **IRPJ e CSLL saldo negativo:** A Companhia possui dois processos decorrentes da não homologação de compensações efetuadas nos anos de 2000 e 2002 com saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores (1997 a 1999). Em janeiro de 2025 foram publicadas decisões em segunda instância administrativa negando provimento aos recursos voluntários da Companhia. Diante das decisões a Companhia reavalia o risco de perda como possível no valor de R\$ 432.666, e aguarda ser intimada dos acórdãos para recorrer na esfera administrativa.

20.2.3 Processos regulatórios

- (a) **Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos:** O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 3 de novembro de 2023, quanto à diligência e esforços envidados para o reestabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da Companhia. Em 22 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 066/2023-SFE ("TN"), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 1 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Companhia. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Entretanto, em 9 de fevereiro de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração ("AI") nº 02/2024, em que opina pela aplicação de multa à Companhia no valor de R\$ 165.808. Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 9 de abril de 2024 a ANEEL manteve a autuação aplicada. Em razão da penalidade aplicada, em 25 de abril de 2024 a Companhia ajuizou ação anulatória com pedido de liminar, a qual foi deferida em 26 de abril de 2024 para determinar que a ANEEL suspenda a exigibilidade da multa aplicada, abstendo-se de adotar medidas coercitivas com vistas à cobrança do débito. Por conseguinte, se abstenha de inscrever a Companhia no CADIN, bem como possibilite a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, salvo se existir outros débitos exigíveis que não aquele objeto da presente ação judicial, até o julgamento da ação judicial. Contra a decisão que concedeu o pedido liminar a ANEEL interpôs agravo de instrumento, o qual aguardamos julgamento. Em 10 de julho de 2024, a Companhia apresentou sua resposta ao agravo de instrumento da ANEEL e no mesmo dia os autos foram encaminhados ao juiz para decisão. O montante atualizado de R\$ 181.889 foi classificado como risco possível.

- (b) **Auto de Infração - AI nº 12/2022:** Vide nota explicativa 20.1.3.
- (c) **Energia Livre:** Durante o período de racionamento de energia em 2001, foi estabelecido um Acordo Geral do Setor Elétrico que permitia a recomposição tarifária das distribuidoras e limitava a responsabilidade dos geradores. A RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária) foi criada para cobrir prejuízos das distribuidoras e repassar créditos às geradoras. A Lei 10.438/2002 determinou que a arrecadação da RTE se daria até 2008. No entanto, ao final do prazo, distribuidoras e geradoras ainda possuíam créditos não arrecadados. Após o término do período de arrecadação, a ANEEL emitiu o Despacho 2.517/2010, criando obrigações para as distribuidoras, incluindo a responsabilidade pela inadimplência na arrecadação da RTE e a isonomia nas perdas entre distribuidoras e geradoras. O tema setorial levou ao judiciário algumas ações judiciais envolvendo diversas distribuidoras, dentre elas a Companhia, de forma individual e por meio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE. Em recente movimentação em relação ao tema foi revogada liminar que garantia a suspensão do referido despacho e a ANEEL emitiu o Despacho 992/2025, publicado em 10 de abril de 2025, que determina o repasse às geradoras dos valores estabelecidos no Despacho ANEEL 2.517/2010, trazendo risco possível para a Companhia no valor atualizado de R\$ 107.838, em 31 de março de 2025. Novas medidas administrativas e judiciais serão adotadas na tentativa de obtenção de nova decisão sobre o tema. Importante mencionar, que com relação ao valor atualizado, a Companhia.

21.4 Ativo Contingente – Processo fiscal

- (a) **IRPJ e CSLL na repetição de indébitos tributários:** A Companhia discute judicialmente desde 2012 a não incidência de IRPJ e de CSLL sobre juros Selic na repetição de indébitos tributários e na compensação de tributos (Tema 962 do STF). Após decisões do Tribunal de 2ª instância parcialmente favoráveis, a Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário, requerendo que o acórdão do Tribunal seja declarado nulo por completo ou, subsidiariamente, seja reformado para que seja reconhecido e concedido o direito a recompor seus prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL. Em 31 de março de 2025, a melhor estimativa da Companhia de valores em discussão é de aproximadamente R\$ 945.545 de tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL. A Companhia aguarda julgamento do Recurso Especial pelo STJ.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**21. Patrimônio líquido****21.1 Capital social**

Em 31 de março de 2025, o capital social é de R\$ 4.532.525 (R\$ 4.532.525 em 31 de dezembro de 2024), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
ENEL Brasil S.A.	299.075.254	100,00%	299.075.254	100,00%
Total	299.075.254	100,00%	299.075.254	100,00%

21.2 Benefício fiscal proveniente de incorporação

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 23.3.

	31.03.2025	31.12.2024
Reserva especial gerada por incorporações	638.127	638.127
Outras reservas de capital	547	547
Total	638.674	638.674

21.3 Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Ajuste de avaliação patrimonial		717.694	741.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(244.017)	(252.199)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		473.677	489.560
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		-	(7.627.560)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		-	44.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	2.578.326
Ganho/perda atuarial, líquido		-	(5.004.985)
Outros resultados abrangentes - derivativos		(35.736)	(47.709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.149	16.220
Instrumentos financeiros, líquido		(23.587)	(31.489)
Realização para lucros acumulados	21.5.1	-	5.004.985
Total		450.090	458.071

21.5.1 Em 31 de dezembro de 2024, os ganhos e perdas atuariais, decorrentes dos benefícios pós emprego, registrados como outros resultados abrangentes, foram reclassificados para lucros acumulados no montante de R\$ 5.004.985.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Lucro líquido do período	367.153	260.517
Número de ações	299.075.254	197.466.862
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	1,2276	1,3193

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23. Receita Líquida

Nota	01.01.2025 a 31.03.2025			01.01.2024 a 31.03.2024		
	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	7.550.787	4.799.499	2.978.141	7.470.526	4.547.648	2.810.279
Industrial	24.097	310.623	95.462	24.752	406.478	138.641
Comercial	430.902	2.011.196	1.182.072	426.856	2.163.138	1.214.942
Rural	556	8.338	3.377	577	8.668	3.217
Poder público	16.109	292.868	133.439	15.858	299.967	138.089
Iluminação pública	2.493	107.652	32.990	876	115.410	37.465
Serviço público	1.235	45.985	2.059	1.323	71.571	13.629
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(3.229.183)	-	-	(3.126.386)
Total faturado	8.026.179	7.576.160	1.198.357	7.940.768	7.612.880	1.229.876
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	1.282.439	-	-	1.452.515
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	3.229.183	-	-	3.126.386
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	6.566	4.059.684	879.959	4.298	3.585.576	782.725
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(18.724)	-	-	(35.114)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	8.032.745	11.635.844	6.571.214	7.945.066	11.198.456	6.556.388
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	266.786	-	-	245.630
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	199.718	-	-	223.676
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	182.699	-	-	129.171
Receita de construção	-	-	473.580	-	-	354.125
Aluguel de poste	-	-	71.146	-	-	75.796
Outras receitas	-	-	10.005	-	-	10.585
Outras receitas - partes relacionadas	27	-	152	-	-	167
Total de outras receitas	-	-	1.204.086	-	-	1.039.150
Receita operacional bruta	8.032.745	11.635.844	7.775.300	7.945.066	11.198.456	7.595.538
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(42.019)	-	-	(43.768)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(989.743)	-	-	(1.051.293)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	1.586	-	-	(4.475)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(3.860)	-	-	170
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(6.982)	-	-	(6.255)
ICMS	-	-	(1.130.930)	-	-	(1.099.557)
COFINS	-	-	(446.803)	-	-	(453.849)
PIS	-	-	(96.948)	-	-	(98.549)
ISS	-	-	(85)	-	-	(82)
Total deduções da receita	-	-	(2.715.784)	-	-	(2.757.658)
Total	8.032.745	11.635.844	5.059.516	7.945.066	11.198.456	4.837.880

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

01.01.2025 a 31.03.2025						01.01.2024 a 31.03.2024					
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal		(161.850)	(27.843)	-	-	(189.693)	(114.316)	(36.786)	-	-	(151.102)
Material		(19.043)	2.440	-	-	(16.603)	(7.581)	(916)	-	-	(8.497)
Serviços - terceiros		(252.517)	(28.427)	-	-	(280.944)	(205.649)	(48.970)	-	-	(254.619)
Serviços - partes relacionadas	27	-	(1.153)	-	-	(1.153)	(2.303)	-	-	-	(2.303)
Entidade de previdência privada		(1.087)	(291)	-	-	(1.378)	(1.327)	(382)	-	-	(1.709)
Energia elétrica comprada para revenda	24.1.1	(2.071.902)	-	-	-	(2.071.902)	(1.883.754)	-	-	-	(1.883.754)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24.1.1	(27.258)	-	-	-	(27.258)	(24.183)	-	-	-	(24.183)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1.2	(674.557)	-	-	-	(674.557)	(836.456)	-	-	-	(836.456)
Depreciação e amortização		(221.609)	(71.742)	-	-	(293.351)	(176.167)	(57.489)	-	-	(233.656)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(79.786)	-	(79.786)	-	-	(75.236)	-	(75.236)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(81.850)	-	(81.850)	-	-	(69.282)	-	(69.282)
Custo de construção		(473.580)	-	-	-	(473.580)	(354.125)	-	-	-	(354.125)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(23.980)	-	-	(23.980)	(248)	(30.554)	-	-	(30.802)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	29.991	29.991	-	-	-	33.406	33.406
Outras despesas operacionais	24.2	(7.989)	-	-	(98.760)	(106.749)	(7.542)	-	-	(12.124)	(19.666)
Outras receitas operacionais - partes relacionadas	24.2	-	-	-	-	-	300	-	-	-	300
Total		(3.911.392)	(150.996)	(161.636)	(68.769)	(4.292.793)	(3.613.351)	(175.097)	(144.518)	21.282	(3.911.684)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**24.1 Custo do serviço de energia elétrica****24.1.1 Energia elétrica comprada para revenda**

		01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
	Nota		
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(1.428.526)	(1.115.117)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's – partes relacionadas	27	(27.258)	(24.183)
Cotas de garantia física		(230.769)	(261.551)
Risco hidrológico		29.323	9.424
Itaipu Binacional		(379.883)	(471.754)
Angra 1 e 2		(107.370)	(122.097)
Geração Distribuída – GD		-	6.132
(-) Crédito de PIS e COFINS		181.882	176.754
Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA		(136.559)	(105.545)
Total		(2.099.160)	(1.907.937)

24.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

		01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Uso da rede elétrica		(562.373)	(594.492)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER		(79.156)	(207.951)
Transporte de energia - Furnas / Itaipu		(50.912)	(73.398)
Operador Nacional do Sistema – ONS		(12.807)	(10.313)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição – CUSD		(8.576)	(4.665)
Conexão a rede básica – CTEEP		(24.991)	(25.128)
(-) Crédito de PIS e COFINS		64.258	79.491
Total		(674.557)	(836.456)

24.2 Outras receitas e despesas operacionais

		01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		15.689	22.355
Seguros		(13.313)	(6.271)
Tributos		(10.111)	(6.130)
Tarifa bancária		(8.924)	(9.471)
Publicidade		(71)	(77)
Perdas na desativação de bens e direitos		(58.567)	(23.040)
Indenização por danos elétricos e não elétricos – PID		(7.602)	10.581
Baixa do ativo financeiro da concessão		(8.680)	(1.949)
Taxa de administração do plano – FUNCESP		(2.097)	(2.025)
Penalidades - devoluções de fornecedores		(2.877)	(380)
Penalidades - DEC/FEC		(2.468)	(1.988)
Outros		(7.728)	(971)
Total		(106.749)	(19.366)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**25. Resultado financeiro**

	Nota	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
<u>Receitas financeiras</u>			
Renda de aplicações financeiras		17.039	5.027
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	25.1	6.674	2.779
Subvenções governamentais		-	58
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures		8.723	88.188
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		121.470	3.274
Juros - derivativos		24.437	18.433
Juros e variações monetárias - outros		59.636	61.224
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		25.348	(7.485)
Atualização monetária dos depósitos judiciais		14.449	20.773
Atualização de créditos tributários		21.078	1.607
ICMS – deságio na compra de terceiros		30	774
Outras receitas financeiras		15.881	10.599
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(5.427)	(4.141)
		309.338	201.110
<u>Despesas financeiras</u>			
Subvenções governamentais		-	(58)
Encargos de dívidas - empréstimos e debêntures		(149.934)	(108.525)
Variação monetária - empréstimos		-	(4)
Variação monetária - debêntures		(65.963)	(53.284)
Variação monetária de processos judiciais e outros		(22.466)	(53.521)
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures		(109.920)	(1.339)
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		(11.080)	(83.474)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		(71.261)	(63.503)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual		3.591	655
Cartas de fiança e seguros em garantia		(13.497)	(10.652)
Comissão de fiança - partes relacionadas		(42)	(1.580)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(8.853)	3.586
Atualização monetária - energia livre		(2.739)	112
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(51.299)	(73.481)
Atualização acordo Eletrobrás		(326)	(1.286)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(5.885)	(6.454)
Juros e variações monetárias - outros		(54.215)	(62.853)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós emprego		(130.796)	(151.965)
Outras despesas financeiras		(3.715)	(37.201)
		(698.400)	(704.827)
<u>Variações cambiais líquidas</u>			
Variações cambiais de dívidas		156.170	(77.881)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(156.190)	77.887
Outras variações cambiais		1.203	(128)
		1.183	(122)
Total		(387.879)	(503.839)

25.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**26. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

26.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nota	01.01.2025 a 31.03.2025		01.01.2024 a 31.03.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<u>Composição dos tributos no resultado:</u>				
Na rubrica de tributos				
Correntes	117.809	-	-	-
Diferidos	(95.220)	(34.280)	(119.000)	(42.840)
Total	22.589	(34.280)	(119.000)	(42.840)
<u>Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</u>				
Resultado antes dos tributos	378.844	378.844	422.357	422.357
<u>Adições:</u>				
Gratificação a administradores	19	19	518	518
Outras despesas indedutíveis	552	552	1.112	1.112
Doações	57	57	221	221
Perdas indedutíveis no contas a receber	432	432	50.731	50.731
Multas indedutíveis	904	904	959	959
Salário maternidade e paternidade	75	75	103	103
Total das adições	2.039	2.039	53.644	53.644
Base de cálculo	380.883	380.883	476.001	476.001
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(95.215)	(34.279)	(118.994)	(42.840)
Compensação da base de cálculo	(5)	(1)	(6)	-
Créditos fiscais de anos anteriores	26.1.1 (117.809)	-	-	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Total	22.589	(34.280)	(119.000)	(42.840)
Alíquota efetiva	-5,96%	9,05%	28,18%	10,14%

26.1.1 No trimestre findo em 31 de março de 2025, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou imposto a compensar no montante de R\$ 117.809, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2021, 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2022 e do ano de 2023, vide nota explicativa nº 9.

26.2 Imposto Diferido:

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.372.208	1.331.085	41.123	33.986	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	7.204	7.425	(221)	265	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.597.517	1.190.854	406.663	89.922	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	315.625	312.622	3.003	9.024	-	-
Benefício pós-emprego	829.101	1.343.020	(513.919)	(156.337)	-	-
Provisão para materiais e serviços	171.468	176.839	(5.371)	(1.669)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	22.831	24.587	(1.756)	(1.756)	-	-
Pagamento FGTS – PIA (multa 40%)	45.810	38.289	7.521	1.432	-	-
Swap	-	-	-	(7.108)	-	-

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	12.150	16.221	-	-	(4.071)	(3.900)
Provisão para o fundo de transição	-	5.026	(5.026)	(88)	-	-
Outras provisões	24.990	17.731	7.259	3.137	-	-
	4.398.904	4.463.699	(60.724)	(29.192)	(4.071)	(3.900)
<u>Tributos diferidos passivos:</u>						
Ajuste de avaliação patrimonial/mais valia	(244.016)	(252.198)	8.182	8.065	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(981.665)	(919.548)	(62.117)	(43.918)	-	-
Swap	(249.450)	(295.605)	46.155	(46.469)	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(1.183.182)	(1.148.791)	(34.391)	(20.796)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(86.524)	(81.941)	(4.583)	(4.091)	-	-
Outros	(47.150)	(43.043)	(4.107)	(2.093)	-	-
	(2.791.987)	(2.741.126)	(50.861)	(109.302)	-	-
Total	1.606.917	1.722.573	(111.585)	(138.494)	(4.071)	(3.900)
Juros mora	-	-	-	(5.431)	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações	-	-	(17.915)	(17.915)	-	-
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(129.500)	(161.840)	(4.071)	(3.900)

27. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**27.1 Controladora (Enel Brasil)**

Natureza da operação	Vigência	31.03.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025	(100.638)	(100.638)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Agosto de 2027	(65.225)	(56.901)	(6.546)	-
Mútuo	Vide nota explicativa nº15	(1.494.981)	(1.447.935)	(47.044)	(10.548)
Prestação de serviço técnicos e gestão	Março de 2025	(397.229)	(365.455)	(19.367)	-
Comissão de fiança	Setembro de 2023	-	-	-	(1.580)
Total		(2.058.073)	(1.970.929)	(72.957)	(12.128)

27.2 Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.03.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
			Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Benefício pós-emprego						
VIVEST	Abril de 2031	19	(2.771.400)	(4.288.837)	(130.796)	(151.965)
			(2.771.400)	(4.288.837)	(130.796)	(151.965)
Suprimento de energia - CCEAR						
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão		(188)	(177)	(341)	(321)
Enel Trading S.A.	Até o final da concessão		(5.178)	(4.310)	(15.312)	(12.528)
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.	Até o final da concessão		(310)	(292)	(562)	(530)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Green Power Fazenda S.A.	Até o final da concessão	(126)	(118)	(228)	(215)
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até o final da concessão	(385)	(377)	(713)	(683)
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até o final da concessão	(358)	(350)	(661)	(634)
		(6.545)	(5.624)	(17.817)	(14.911)
<u>Suprimento de energia - CCGF</u>					
Enel Green Power Mourão S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(90)	(90)	(269)	(264)
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(322)	(318)	(952)	(941)
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(2.753)	(2.716)	(8.219)	(8.067)
		(3.165)	(3.124)	(9.440)	(9.272)
<u>Comissão (propaganda e publicidade - venda em fatura de energia)</u>					
Enel X Brasil S.A.	Junho de 2028	647	1.272	152	166
		647	1.272	152	166
<u>Comissão de fiança</u>					
Enel X Brasil S.A.	Setembro de 2037	(12.694)	(8.881)	(42)	-
		(12.694)	(8.881)	(42)	-
<u>Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura</u>					
Ampla Energia e Serviços S.A.	Agosto de 2027	(1.959)	(2.357)	398	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Agosto de 2027	5.336	4.867	469	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	792	767	25	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Agosto de 2027	708	683	25	-
Enel Trading S.A.	Agosto de 2027	63	64	5	-
Enel X Brasil S.A.	Agosto de 2027	345	(340)	100	-
		5.285	3.684	1.022	-

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Compartilhamento de recursos humanos****expatriados**

Enel Chile S.A.	Fevereiro de 2024	4.679	4.679	-	300
Enel Grids S.r.l.	Fevereiro de 2024	(34.915)	(35.135)	221	(2.132)
Enel SpA	Fevereiro de 2024	(2.278)	(2.130)	(147)	(294)
		(32.514)	(32.586)	74	(2.126)

Mútuo

Enel Finance International N.V.	Outubro de 2025	16	(501.961)	-	-	-
			(501.961)	-	-	-

Venda de serviços

Gridspertise Latam S.A.	Até o final da concessão	(41.432)	(29.990)	-	-
		(41.432)	(29.990)	-	-

Compra e venda de ativo imobilizado

Companhia Energética do Ceará - COELCE	N/A	9.977	9.977	-	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	N/A	1.176	1.176	-	-
		11.153	11.153	-	-

Total		(3.352.626)	(4.352.933)	(156.847)	(178.108)
--------------	--	--------------------	--------------------	------------------	------------------

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento: O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos: As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 16.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	548	1.727
Total	548	1.727

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda sua área de concessão. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

28.1 Instrumentos financeiros

28.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



			31.03.2025		31.12.2024	
Categoria		Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	1.029.707	1.029.707	1.014.632	1.014.632
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	54.795	54.795	6.394	6.394
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	3.872.811	3.872.811	3.758.970	3.758.970
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	688.698	688.698	712.427	712.427
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado	2	2.133.950	2.133.950	2.056.357	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	2	9.711.428	9.711.428	9.324.702	9.324.702
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	48.112	48.112	109.541	109.541
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	586.755	586.755	475.523	475.523
Total do ativo			18.126.256	18.126.256	17.458.546	17.458.546
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	2.949.642	2.949.642	3.408.926	3.408.926
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	2.491.119	2.420.188	2.521.543	2.390.208
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	2	3.528.646	3.528.646	1.691.410	1.691.410
Debêntures	Custo amortizado	2	977.126	977.773	1.801.802	1.822.815
Debêntures	Valor justo por meio do resultado	2	2.830.294	2.830.294	1.814.534	1.814.534
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	188.300	188.300	184.629	184.629
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	1.362.152	1.362.152	1.317.331	1.317.331
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	13.441	13.441	23.181	23.181
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	118.381	118.381	42.491	42.491
Total do passivo			14.459.101	14.388.817	12.805.847	12.695.525

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 28.2 Hierarquia do valor justo

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os contratos em aberto em 31 de março de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/19	15/05/26	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
Itáu	30/04/21	15/04/31	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
Scotiabank II	17/05/21	20/05/25	Cash flow hedge	Dólar	CDI	209.000
Scotiabank III	27/08/21	27/08/26	Cash flow hedge	Dólar	CDI	300.000
Scotiabank IV	09/09/21	09/09/25	Cash flow hedge	Dólar	CDI	400.000
Santander 27 ^a	12/05/22	15/04/32	Fair value hedge	IPCA	CDI	600.000
Itáu 27 ^a	12/05/22	15/04/32	Fair value hedge	IPCA	CDI	200.000
Itáu - BEI I	17/08/22	01/09/37	Fair value hedge	Dólar	CDI	134.654
Itáu - BEI II	17/08/22	01/09/37	Fair value hedge	Dólar	CDI	538.616
Citibank - BEI III	20/04/23	20/04/38	Fair value hedge	Dólar	CDI	68.740
Citibank - BEI IV	20/04/23	20/04/38	Fair value hedge	Dólar	CDI	274.960
BTG - BEI V	13/05/24	13/05/39	Fair value hedge	Dólar	CDI	92.070
BTG - BEI VI	13/05/24	13/05/39	Fair value hedge	Dólar	CDI	368.280
BNP 4131 - EFI III	06/01/2025	20/10/2025	Fair value hedge	Euro	CDI	506.800
BNP 4131 V	28/02/2025	30/05/2025	Fair value hedge	Dólar	CDI	1.350.000
Total						6.563.120

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	843
Juros provisionados	(98.354)
Variação monetária	53.284
Variação cambial	77.887
Marcação a mercado no resultado	(80.200)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	11.470
Pagamento de juros	87.001
Pagamento de principal	31.026
Saldo em 31 de março de 2024	82.957
Saldo em 31 de dezembro de 2024	519.392
Juros provisionados	(112.787)
Variação monetária	65.963
Variação cambial	(156.190)
Marcação a mercado no resultado	110.390
Marcação a mercado no patrimônio líquido	11.973
Pagamento de juros	59.800
Pagamento de principal	4.504
Saldo em 31 de março de 2025	503.045

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 31 de março de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
Bradesco	240.509	291.667	-	(51.159)
ITAÚ	74.047	174.749	-	(100.702)
SCOTIABANK II	6.819	10.378	(3.559)	-
SCOTIABANK III	(1.330)	18.401	(19.731)	-
SCOTIABANK IV	29.178	41.624	(12.446)	-
Santander 27 ^a	35.301	64.285	-	(28.984)
Itaú 27 ^a	11.939	21.428	-	(9.489)
Itaú - BEI I	3.486	14.441	-	(10.955)
Itaú - BEI II	13.256	57.774	-	(44.518)
Citibank - BEI III	7.208	10.105	-	(2.897)
Citibank - BEI IV	28.528	40.450	-	(11.922)
BTG - BEI V	7.439	9.796	-	(2.357)
BTG - BEI VI	29.408	39.200	-	(9.792)
BNP 4131 - EFI III	(21.428)	(17.382)	-	(4.046)
BNP 4131 V	38.685	45.719	-	(7.034)
Total	503.045	822.635	(35.736)	(283.855)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2025.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.03.2025	Categoria
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IPCA + 4,0134%	1.080.853	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,0134%	(1.076.448)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,72%	835.940	Fair value hedge
		840.345	
Debêntures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	846.135	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(826.024)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	751.977	Fair value hedge
		772.088	
Scotiabank II 4131	USD + 2,31%	229.313	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31%	(225.535)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	218.716	Cash flow hedge
		222.494	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	321.820	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(307.733)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	309.063	Cash flow hedge
		323.150	
Scotiabank IV 4131	USD + 2,37%	445.005	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37%	(433.978)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39%	404.800	Cash flow hedge
		415.827	

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

BEI I - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,76% a.a.	139.579	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,76% a.a.	(133.553)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,10%	130.067	Fair value hedge
		136.093	
BEI II - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,61% a.a.	553.102	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,61% a.a.	(529.567)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	516.311	Fair value hedge
		539.846	
BEI III - Derivativo Citibank (swap)	USD + 4,51% a.a.	79.486	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,51% a.a.	(79.123)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0%	71.915	Fair value hedge
		72.278	
BEI IV - Derivativo BTG (swap)	USD + 4,38% a.a.	315.439	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,38% a.a.	(313.992)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,17%	285.464	Fair value hedge
		286.911	
BEI V - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,38% a.a.	107.795	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,38% a.a.	(71.111)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,09%	63.672	Fair value hedge
		100.356	
BEI VI - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,28% a.a.	428.420	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,28% a.a.	(282.618)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,03%	253.210	Fair value hedge
		399.012	
BNP 4131 - EFI III	EUR + 4,3494%	501.962	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 4,3494%	(503.053)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,5175%	524.481	Fair value hedge
		523.390	
BNP 4131 V	USD + 3,832%	1.402.863	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,832%	(1.405.914)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,40%	1.367.229	Fair value hedge
		1.364.178	
Debêntures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	903.307	
Debêntures - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(220.703)	Fair value hedge
Debêntures - ponta passiva	CDI + 0,82%	208.765	Fair value hedge
Debêntures - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(652.585)	Fair value hedge
Debêntures - ponta passiva	CDI + 0,82%	617.284	Fair value hedge
		856.068	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2025, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

28.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

28.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes..

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2025 é:

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	478.332	666.472
Títulos e valores mobiliários	6	54.795	6.394
Contas a receber de clientes	7	3.872.811	3.758.970
Depósitos vinculados		688.698	712.427
Ativo financeiro setorial	10	659.620	891.580
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.133.950	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	9.711.428	9.324.702
Instrumentos financeiros derivativos	28	503.045	519.392
Total		18.102.679	17.936.294

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados**

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com as variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2025	31.12.2024
AAA	304.238	443.143
AA+	47.635	-
AA-	181.254	229.723
Total	533.127	672.866

Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2025	31.12.2024
AAA	503.045	519.392
Total	503.045	519.392

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão**

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	31.03.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	13	6.019.765	4.212.953
Debêntures	14	3.807.420	3.616.336
Instrumentos financeiros derivativos	25	(503.045)	(519.392)
Dívida		9.324.140	7.309.897
Caixa e equivalentes de caixa	5	(1.029.707)	(1.014.632)
Títulos e valores mobiliários	6	(4.462)	(6.394)
Dívida líquida (a)		8.289.971	6.288.871
Patrimônio líquido (b)	18	6.004.325	5.629.270
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		57,99%	52,77%

O índice de endividamento em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, calculados pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o gerenciamento do fluxo de caixa, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro, onde há limite anual estabelecido para verificar o nível mínimo de caixa para asseguarção dos recursos financeiros. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2025 é de R\$ 500.000. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despacho Nº 1.916/2024, no valor de até R\$ 4.000.000.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 831.144, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados, caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International N.V. (EFI), pode disponibilizar recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 31 de março de 2025, o saldo de empréstimos com a EFI registrado no passivo circulante é de R\$ 501.961.

A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 31 de março de 2025 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo no Brasil classificada como AAA (bra) pela Fitch Ratings.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Fornecedores	14	2.398.091	336.136	75.169	80.512	59.734	2.949.642
Empréstimos e financiamentos	16	444.807	2.069.517	1.085.139	2.087.509	1.568.686	7.255.658
Debêntures	17	84.478	393.548	119.634	2.690.230	1.678.551	4.966.441
Derivativos	28	60.858	12.208	271.567	426.723	(96.532)	674.824
Total		2.988.234	2.811.409	1.551.509	5.284.974	3.210.439	15.846.565

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 97,88% (96,87% em 31 de dezembro de 2024) da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e IPCA).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2025	%	31.12.2024	%
Selic	481.983	90,41%	665.715	98,94%
CDI	51.144	9,59%	7.151	1,06%
Total	533.127	100,00%	672.866	100,00%
Ativo indenizável	31.03.2025	%	31.12.2024	%
IPCA	9.711.428	100,00%	9.324.702	100,00%
Total	9.711.428	100,00%	9.324.702	100,00%
Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.03.2025	%	31.12.2024	%
CDI	9.031.640	96,86%	6.993.348	95,67%
IPCA	95.252	1,02%	88.053	1,20%
Taxa fixa	197.248	2,12%	228.496	3,13%
Total	9.324.140	100,00%	7.309.897	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de março de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

		Projeção receitas financeiras - um ano				
Ativos financeiros	31.03.2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		7,13%	10,69%	14,25%	17,81%	21,38%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	481.983	34.365	51.524	68.683	85.841	103.048
CDI		7,08%	10,61%	14,15%	17,69%	21,23%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	51.144	3.621	5.426	7.237	9.047	10.858
IPCA	2,53%	3,80%	5,06%	6,33%	7,59%	
Ativo financeiro indenizável (concessão)	9.711.428	245.699	369.034	491.398	614.733	737.097
Total	10.244.555	283.685	425.984	567.318	709.621	851.003

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do *spread* contratual, conforme definido na nota explicativa nº 16 e 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Dívidas	31.03.2025	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	(365.896)	(4.707)	(6.722)	(8.678)	(10.579)	(12.428)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	(611.230)	(53.810)	(74.707)	(94.975)	(114.653)	(133.776)
Enel BR V	(233.744)	(18.491)	(26.470)	(34.209)	(41.723)	(49.025)
Enel BR VI	(34.861)	(2.758)	(3.948)	(5.102)	(6.222)	(7.311)
Enel BR VII	(28.760)	(2.344)	(3.326)	(4.278)	(5.203)	(6.102)
Enel BR VIII	(246.889)	(20.123)	(28.552)	(36.728)	(44.666)	(52.379)
Enel BR IX	(119.583)	(9.747)	(13.829)	(17.789)	(21.634)	(25.370)
Enel BR X	(333.696)	(7.010)	(9.782)	(12.472)	(15.086)	(17.628)
Enel BR XI	(220.265)	(1.525)	(2.127)	(2.712)	(3.280)	(3.832)
Enel BR XII	(1.065)	(7)	(10)	(12)	(15)	(18)
Enel BR XIII	(212.901)	(1.343)	(1.925)	(2.490)	(3.038)	(3.572)
Enel BR XIV	(42.287)	(537)	(770)	(996)	(1.216)	(1.429)
Enel BR XV	(20.930)	(401)	(575)	(743)	(907)	(1.067)
IPCA						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(1.080.852)	(72.955)	(87.765)	(102.393)	(116.842)	(131.118)
Debêntures - 25ª Emissão	(846.134)	(60.100)	(71.885)	(83.525)	(95.023)	(106.383)
Debêntures - 27ª Emissão	(903.308)	(80.815)	(93.429)	(105.888)	(118.195)	(130.355)
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	1.076.449	72.375	87.068	101.579	115.913	130.076
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	(835.940)	(65.880)	(94.415)	(122.091)	(148.962)	(175.074)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	826.024	57.505	68.782	79.919	90.921	101.791
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(751.977)	(60.840)	(86.513)	(111.414)	(135.589)	(159.083)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	220.704	19.332	22.349	25.329	28.273	31.182
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(208.765)	(16.661)	(23.788)	(30.700)	(37.411)	(43.933)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	652.585	57.160	66.082	74.895	83.599	92.200
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(617.284)	(49.264)	(70.337)	(90.776)	(110.619)	(129.903)
Taxa fixa						
Scotiabank II 4131	(229.313)	21.232	6.201	(4.776)	(13.474)	(20.702)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	225.535	(20.883)	(6.099)	4.698	13.252	20.361
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(218.716)	(2.976)	(4.180)	(5.349)	(6.486)	(7.591)
Scotiabank III 4131	(321.820)	192.658	66.563	(25.523)	(98.486)	(159.116)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	307.733	(184.225)	(63.649)	24.406	94.175	152.151
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(309.063)	(27.156)	(37.714)	(47.954)	(57.896)	(67.557)
Scotiabank IV 4131	(445.005)	130.162	42.877	(20.866)	(71.373)	(113.342)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	433.978	(126.937)	(41.814)	20.349	69.604	110.533
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(404.800)	(17.086)	(23.901)	(30.513)	(36.936)	(43.179)
BEI I	(139.579)	82.070	27.329	(12.647)	(44.322)	(70.643)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	133.553	(78.527)	(26.149)	12.101	42.409	67.594
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(130.067)	(9.325)	(13.762)	(18.066)	(22.244)	(26.304)
BEI II	(553.102)	326.202	109.169	(49.326)	(174.909)	(279.265)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	529.567	(312.119)	(104.456)	47.197	167.358	267.209
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(516.311)	(36.027)	(53.638)	(70.720)	(87.303)	(103.419)
BEI III	(79.486)	46.198	15.005	(7.774)	(25.823)	(40.821)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	79.123	(45.986)	(14.936)	7.738	25.704	40.634
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(71.915)	(5.148)	(7.602)	(9.981)	(12.291)	(14.536)
BEI IV	(315.439)	183.697	59.925	(30.464)	(102.082)	(161.595)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	313.992	(182.854)	(59.650)	30.324	101.614	160.854
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(285.464)	(19.948)	(29.685)	(39.129)	(48.298)	(57.209)
BEI V	(107.795)	61.796	19.465	(11.448)	(35.942)	(56.296)
Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	71.111	(40.765)	(12.841)	7.552	23.710	37.137
Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	(63.672)	(4.616)	(6.788)	(8.895)	(10.941)	(12.929)
BEI VI	(428.420)	245.979	77.755	(45.096)	(142.436)	(223.324)
Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	282.618	(162.266)	(51.293)	29.749	93.962	147.321
Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	(253.210)	(18.051)	(26.689)	(35.067)	(43.201)	(51.106)
BNP 4131 - EFI III	(501.962)	166.641	51.615	(32.387)	(98.945)	(154.253)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	503.053	(167.004)	(51.727)	32.457	99.160	154.589
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(524.481)	(23.239)	(33.566)	(43.586)	(53.317)	(62.776)
BNP 4131 V	(1.402.863)	124.953	32.825	(34.454)	(87.763)	(132.060)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	1.405.914	(125.224)	(32.896)	34.529	87.953	132.347
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(1.367.229)	(16.670)	(24.193)	(31.496)	(38.593)	(45.496)
Total	(9.324.140)	(368.390)	(675.093)	(950.666)	(1.206.317)	(1.447.326)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira, possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de março de 2025 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira**31.03.2025**

Empréstimos e financiamentos	4.524.784
Exposição patrimonial	4.524.784
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(4.286.177)

Total	238.607
--------------	----------------

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.03.2025
Fornecedores (Itaipu)	22.904	131.517
Passivo líquido exposto	22.904	131.517

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias.

(b.4.3) Risco de preço Regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgado pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015.

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto à este mérito.

O processo foi deliberado na reunião de diretoria da ANEEL em 15 de abril de 2025, com a decisão de não conhecer do pedido de reconsideração por estar exaurida a análise na esfera administrativa. Na sequência, em 22 de abril de 2025 foi publicado o Despacho nº 1.124/25 com a referida decisão. A Companhia avalia a judicialização do tema, dentro dos prazos legais.

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto abaixo do limite de 105% equivalente a R\$ 112.552 caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

29. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Compra de energia	23.012.720	7.804.015	7.941.229	8.238.671	99.110.335

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao trimestre findo em 31 de março de 2025 que foram homologados pela ANEEL.

30. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2024	31/10/2025	19.339.946	5.263.860
Responsabilidade civil geral	31/10/2024	31/10/2025	N/A	115.775
Responsabilidade civil administradores	31/10/2024	31/10/2025	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/2024	31/10/2025	N/A	125.691

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa**31.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:**

Não impacta caixa	31.03.2025	31.03.2024
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	73.094	241.090
Total	73.094	241.090

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	31.03.2025	31.03.2024
Apresentados nas atividades operacionais	(27.923)	(24.007)
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	3.591	655
Total	(24.332)	(23.352)

31.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
31 de março de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	Nota	31.03.2025	31.03.2024
<u>Atividades de financiamentos</u>			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	2.156.800	580.121
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	16	(295.496)	(222.697)
Pagamento de arrendamento (principal)		(16.151)	(62.544)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos (principal)	28	(4.504)	(31.026)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	11.898
Total		1.840.649	275.752

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em abril do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos da sua área de concessão, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes dos 24 municípios onde atua, incluindo a capital. As medidas, que começaram a ser implementadas ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano, que aponta a uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões entre 2025 e 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, representando um crescimento de 68% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 6,2 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação de até 1.200 colaboradores de forma a assegurar uma resposta de melhor qualidade às solicitações dos clientes.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Principais ações:

- **Aumento de pessoal próprio:** contratação de até 1.200 colaboradores próprios para reforço das operações em campo e redução do tempo médio de atendimento aos clientes;
- **Investimento em infraestrutura:** ações de manutenções preventivas e corretivas intensificadas com o objetivo de reduzir os desligamentos não programados na rede, com a substituições de equipamentos e modernização de trechos da rede de média e baixa tensão, com a instalação de redes compactas mais resistentes, além da instalação de mais equipamentos de automação;
- **Novos protocolos de atuação em caso de contingência:** ampliação em mais de quatro vezes as equipes em campo, dependendo da criticidade dos alertas meteorológicos e canais de atendimento redimensionados para cada situação, podendo ter a capacidade dobrada nas contingências severas;
- **Podas de árvores:** proposta para renovar o convênio de podas com a Prefeitura e de dobrar o número de podas preventivas realizadas por ano, com a execução de cerca de 600 mil podas/ano na área de concessão;

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas no plano estratégico da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Américas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano de investimentos divulgado pela Companhia, que aponta uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões no período de 2025 a 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios.

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)					
	1T25	1T24	Var. %	4T24	Var. % (1)
Manutenção	138.590	145.554	-4,8%	276.474	-49,9%
Crescimento	221.160	115.334	91,8%	168.707	31,1%
Novas Conexões	114.208	105.633	8,1%	138.119	-17,3%
Financiado pela Companhia	473.958	366.521	29,3%	583.300	-18,7%
Financiado pelo Cliente	10.504	6.118	71,7%	45.543	-76,9%
Total	484.463	372.638	30,0%	628.843	-23,0%

(1) Variação entre 1T25 e 4T24;

Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números do 1T24, bem como os demais trimestres de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 1T25 o total de R\$ 484,5 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e qualidade da rede, crescimento e novas conexões.

O patamar registrado é o maior montante investido do primeiro trimestre desde que a Enel assumiu a concessão.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 138,6 milhões, (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 221,2 milhões.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR
Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados de 27 de fevereiro de 2025 e 29 de abril de 2024, respectivamente, que não contiveram nenhuma modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de abril de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Gianluca Caccialupi
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Guilherme Gomes Lencastre
Diretoria de Comunicação

Guilherme Gomes Lencastre
Diretoria de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Vago
Diretor de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda. sobre as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Gianluca Caccialupi
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Guilherme Gomes Lencastre
Diretoria de Comunicação

Guilherme Gomes Lencastre
Diretoria de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Vago
Diretor de Engenharia e Construção